

15/06/1994
BPPA prop

TEXTO 244

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Herman Voorwald

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor-Executivo

Jézio Herrani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Antonio Celso Ferreira

Cláudio Antonio Rabello Coelho

José Roberto Erandes

Luiz Gonzaga Marchezan

Maria do Rosário Longo Mortatti

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Mario Fernando Bolognesi

Paulo César Corrêa Borges

Roberto André Kraenkel

Sérgio Vicente Motta

Editores-Assistentes

Anderson Nobara

Arlete Sousa

Dida Bessana

MARIA HELENA ROLIM CAPELATO

MULTIDÕES EM CENA
PROPAGANDA POLÍTICA
NO VARGUISMO E NO
PERONISMO

2ª EDIÇÃO



POLÍTICA DE MASSAS: UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

O varguismo e o peronismo caracterizam-se pela introdução de uma política de massas que resultou na configuração de uma nova cultura política. A crise do liberalismo no final da Primeira Guerra fez rever, em muitos países, o papel do Estado na sua relação com a sociedade e provocou a busca de soluções alternativas para a questão social. No Brasil e posteriormente na Argentina, a resposta aos problemas da época deu-se por meio da configuração de um Estado intervencionista, tendo à frente um líder carismático que se dirigiu às massas e introduziu uma política social com vistas a evitar as “revoluções populares”.

Os movimentos varguista e peronista foram definidos por seus arautos como uma “revolução” que introduzira a “democracia social” e uma forma particular de “cidadania” nesses países. Cabe analisar o significado dessas concepções e as práticas delas decorrentes.

Vários estudos sobre o varguismo e o peronismo salientaram a manipulação ideológica, entendida, em alguns casos, como o fator explicativo único para a adesão das classes trabalhadoras a esses regimes: a origem rural e a consequente ausência de experiência política, a falta de maturidade e de consciência de classe explicariam a adesão dos trabalhadores a um líder carismático e demagogo. Essa tese já foi

suficientemente questionada por meio de análises mais específicas sobre o tema da adesão: elas mostram que a manipulação de massas pela propaganda obteve resultados quando acompanhada de benefícios reais aos trabalhadores.

No entanto, o problema que ainda se coloca para o investigador, segundo Daniel James, em sua abordagem sobre o peronismo, é o desvendamento da convivência contraditória entre uma política do bem-estar que implicou melhoria de condições de vida e de trabalho, além do reconhecimento do lugar das classes de trabalhadores pelo Estado, fato inédito na história dos dois países, e o autoritarismo dos regimes que procuraram liquidar as formas de organização autônomas, independentes do controle do Estado, e reprimir com violência os opositores de todo tipo (James, 1990).

A explicação para a adesão dos trabalhadores brasileiros à política varguista também foi revista. Ângela Castro Gomes refere-se a uma dupla lógica no processo histórico em questão: a adesão, por um lado, pode ser explicada pela lógica material — os interesses nos benefícios trazidos pelo direito trabalhista — e, por outro, pode ser entendida segundo uma lógica simbólica de formação e mobilização de identidade. Esta última reia as demandas e os valores dos trabalhadores, transformando seu atendimento num ato de generosidade que reclamava, implicitamente, reciprocidade (Castro Gomes, 1988, p.327).

A tese do apoio aos referidos regimes em razão, unicamente, dos benefícios sociais foi contestada por outros autores. Gareth Stedman Jones observou que um movimento político não é simplesmente uma manifestação de miséria e de dor. Sua existência se caracteriza por uma convivência, comum a muitos, que articula uma solução política para a miséria e um diagnóstico político das causas. É preciso, portanto, pensar no atrativo político e ideológico das mensagens, assim como examinar sua natureza. Referindo-se à credibilidade do discurso, considera que um vocabulário político particular deve propor uma alternativa capaz de inspirar esperança em algo possível de se fazer e, ao mesmo tempo, sugerir os meios para realizá-los nos quais se possa crer (Jones, 1984).

Os autores mencionados chamam a atenção para a importância do imaginário e do simbólico na compreensão das questões indicadas.

Neste capítulo pretendemos explorar a noção de democracia que as políticas de massa varguista e peronista introduziram na história dos respectivos países. Por meio da propaganda política foram difundidas as benesses dessa nova fórmula política que caracterizou, ainda que de maneira distinta, os dois regimes.

A instauração do Estado Novo e a do governo peronista foram propagandeadas como o advento de uma nova era, introduzindo uma ordem política e social inédita. O termo *revolução*, utilizado para legitimar as mudanças que elas produziram na sociedade, destaca a ruptura com o passado e salienta a novidade da experiência.

A política de massas foi imposta no Brasil (décadas de 1930-40) e na Argentina (décadas de 1940-50), em contraposição ao "liberalismo decadente" e como promessa de inserção desses países no mundo novo. O período entreguerras foi marcado por uma profunda crise do sistema liberal no plano internacional, e a América Latina não ficou alheia a esse processo.

Tanto no Brasil quanto na Argentina a crise teve profundas e duradouras consequências, como mostra José Luis Bendiño Beired (1996) em sua análise sobre a nova direita no Brasil e na Argentina entre 1914 e 1945. Nessa época, a ordem oligárquica liberal foi posta em xeque após o abalo sofrido pela economia agroexportadora estruturada desde o século XIX. O autor aponta, como referências para explicação das mudanças, a crise de legitimação dos modelos institucionais vigentes, a emergência de novos atores políticos e sociais e a formulação de projetos ideológicos antiliberais.

O surgimento de um novo tipo de nacionalismo radical de direita, nos dois países, indica a existência de problemas comuns que geraram as propostas de substituição da ordem liberal a partir de 1920. Esse estudo comparativo permite compreender os antecedentes do varguismo e do peronismo.

De forma genérica, os antiliberais responsabilizaram o liberalismo pela subversão da ordem no mundo contemporâneo e acreditaram que o comunismo resultara da ideologia liberal. A crítica ao sistema libe-

ral-democrático, tido como artificial e perigoso; a necessidade da substituição da ordem política liberal por outra de natureza corporativa e autoritária; a compreensão paternalista e autoritária do conflito social; a restauração de valores afirmativos de autoridade, hierarquia, ordem e obediência em detrimento da noção de igualdade e de liberdade; a hipertrofia do aparelho do Estado e sobretudo do Poder Executivo; a demanda por uma certa intervenção do Estado na economia; a reinvindicção da independência econômica da nação. Todos esses elementos compunham o arcabouço do discurso antiliberal (ibidem, p. 355).

O Estado Novo e o regime peronista resultaram dessas idéias que propunham a construção de uma política adaptada à nova conjuntura mundial e às realidades nacionais. A crítica ao artificialismo da ordem liberal resultante da imitação de modelos externos justificou os projetos de reforma política.

Varguismo e peronismo: a construção do novo

Os críticos dos "modelos importados" inspiraram-se nas experiências externas ao buscar soluções para os dilemas do liberalismo. Da política de Roosevelt ao nazi-fascismo, os artifícios do novo colheram elementos para compor a nova ordem. A marcação de um tempo novo, definido como "revolução" para indicar a ruptura com o tempo velho do liberalismo, representa uma referência constante nas mensagens propagandistas do varguismo e do peronismo.

A inserção do Brasil no "tempo novo"

Marchamos para um futuro diverso do que conhecíamos em matéria de organização econômica, social e política. Os velhos sistemas e fórmulas antiquados entraram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início tumultuado e fecundo de uma nova era. (Vargas, 1940, p. 33)

Os ideólogos estadonovistas justificaram as reformas realizadas no Estado como necessárias à solução dos problemas que impediam

a realização do progresso. O papel tutelar do Estado em relação à sociedade, a defesa da direção do Estado por uma elite política/intelectual capaz de analisar a sociedade e apresentar projetos de reforma por meio de um instrumental científico, de base sociológica/antropológica, foram os aspectos apontados como necessários à inserção do Brasil numa nova era.

Getúlio Vargas explicitou, em seu discurso de Primeiro de Maio, em 1938, que "Ordem e Progresso" eram suas mais importantes aspirações, acrescentando que

um país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão... para a prosperidade e para a grandeza do Brasil. (apud Wolfe, 1994, p. 32)

A fala do chefe deixou claro que, no momento, a política do Estado Novo não se voltava prioritariamente para os direitos dos trabalhadores. A transformação de uma sociedade agrária e rural em nação industrializada e unificada era a meta primeira do governo. Remodelar o Brasil por meio da industrialização implicava a organização de uma força de trabalho disciplinada e de mecanismos de controle social para assegurar a ordem. Em vários discursos, Vargas apelava para que todos os brasileiros evitassem os conflitos sociais e atuassem com espírito de conciliação para o bem geral, alegava que somente a centralização em mãos estatais poderia lutar contra a "subversão estrangeira", ajudar a industrialização e prover a todos de uma real justiça social. Nesse sentido, afirmava: "Todos nós marcharemos juntos visando um esforço comum: trabalharemos, sem limites, para a prosperidade e grandeza do Brasil" (apud Wolfe, 1994, p. 33).

Em 1940 declarou que o Estado Novo era uma democracia econômica e não política, por isso apresentava um simplificado mecanismo de consulta e controle da opinião pública.

Os ideólogos do Estado Novo, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, tinham como preocupação central a reforma do Estado

para transformá-lo em agente de modernização econômica, integração política, social e regional. Oliveira Vianna colocava ênfase na governabilidade e na centralização do poder com vistas à organização da sociedade amorfa e inorgânica. Azevedo Amaral atribuiu ao Estado o papel de promotor da modernização econômica. Apenas os grupos católicos, orientados pela Encíclica *Rerum Novarum*, colocavam em evidência a "justiça social" como principal atribuição do Estado.

Francisco Campos dava ênfase ao problema das massas sem, no entanto, propor justiça social. Referindo-se ao divórcio entre a democracia e o liberalismo, explicava as causas da mudança: o sistema baseado nos elementos intelectuais e racionais pudera funcionar, durante algum tempo, segundo as regras do jogo porque o processo político se limitava a reduzidas zonas humanas, envolvendo interesses suscetíveis de controle racional. De repente, porém, ampliou-se o quadro: o controle político passou a abranger massa cada vez mais volumosa de interesses.

Sob a máscara socrática com a qual a risonha levandade do racionalismo tentara dissimular aos seus próprios olhos o caráter trágico dos conflitos políticos, a democracia começou a perceber os traços terríveis da Górgona multidinária e a distinguir, intervindo na área composta para o delicado registro da voz de Ariel, o baixo profundo de Caliban, entoando o canto da sua libertação das genas históricas do ostracismo. (Campos, 1940, p.20)

A extensão e a intensidade de antagonismos, tensões e conflitos internos, no plano internacional, resultaram no "Estado totalitário ou de massas" que, segundo o autor, realizava, mediante o emprego da violência, a eliminação de formas exteriores ou ostensivas de tensão política (ibidem, p.30-1). O modelo a ser seguido para o controle de "Caliban" vinha da Alemanha (ibidem, p.29).

Nesse contexto, Francisco Campos previa "o fechamento das portas do Fórum romano e a abertura das portas do Capitólio, colocado sob o sinal e a invocação de Júpiter, ou da vontade, do comando, da AUCTORITAS, ou seja, dos elementos masculinos da alma, graças

aos quais a humanidade ainda podia encerrar de frente e amar o seu destino". A perspectiva de controle rigoroso das massas foi explicitada, com toda clareza, pelo autor.

O diagnóstico de Francisco Campos sobre os "tempos novos" revela sua admiração pelo "Estado totalitário ou de massas", assim como a valoração positiva das experiências nazi-fascistas. No entanto, outros ideólogos, como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e o próprio Getúlio Vargas, insistiam na particularidade da situação brasileira, negando o caráter fascista ou totalitário do Estado Novo.

Defendiam um sistema de representação corporativa que garantisse espaços de autonomia, procurando preservar uma esfera mínima de direitos aos indivíduos e às corporações. Ambos propunham um regime sem liberdade política, mas que permitisse o desenvolvimento da livre iniciativa no âmbito econômico.

A defesa da liberdade na esfera econômica esclarece a definição do Estado Novo como "democracia econômica", na expressão de Vargas. A modernização econômica e o controle social eram as metas prioritárias indicadas pela ideologia que propôs a reforma do Estado.

Os divulgadores da nova doutrina de Estado procuraram transpor as ideias formuladoras da reforma estatal em representações de fácil compreensão com vistas a conseguir legitimação e adesão à ordem política insaurada em 1937. Nas obras de divulgação sobre o significado e os objetivos do Estado Novo, encontramos textos apologeticos do regime e de seu chefe. Os livros laudatórios, as conferências e os discursos transformavam conceitos e ideias em imagens de forte conteúdo emocional, procurando atingir o público leitor pelos sentimentos.

"Nova fase do mundo e o Brasil da nova era" foi o título de uma conferência pronunciada pelo professor doutor da Faculdade de Direito de São Paulo, M. F. Pinto Pereira, em 1940. O conferencista informava que os atuais episódios políticos da Europa patentavam a ineficácia da velha democracia. Acreditava que, apesar das lições retiradas das experiências de outros povos, cada qual deveria traçar

seu próprio destino. O regime brasileiro seria "o regime da ordem e da paz, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo". Garantia, portanto, que o Estado Novo não seria um Estado totalitário.

Argumentava que a primazia da ideia de comunidade no mundo contemporâneo era indubitável e a nova era exigia restrições à liberdade porque seu exagero conduzia à anarquia econômica e ao esmagamento do fraco pelo forte. Por isso, considerava que a necessidade dera origem aos "regimes autoritários" (Pinto Pereira, 1940, p. 18-24).

Nessa perspectiva, as vigas mestras do Estado Novo baseavam-se num liberalismo construtor, diferente do liberalismo manchesteriano (que usa a liberdade para matar a liberdade) e divergente do planismo socialista despótico e arbitrário. Introduzira a disciplina em todos os sentidos com o objetivo de que o povo se tornasse livre (ibidem, p. 27-9). Do que se pode depreender do texto, a "liberdade disciplinada" era a meta do regime autoritário.

Nessa mesma linha de argumentação, o autor Leão Machado comentou os problemas e mudanças que ocorriam no mundo com a perspectiva de esclarecer e justificar o Estado Novo brasileiro. Referindo-se aos "tempos novos", localizou, na Revolução Industrial, a origem das injustiças sociais. Desse estado de coisas nasceram interrogações e delas surgiram respostas radicais. Depois da Grande Guerra, "o mundo começou a dividir-se: de um lado o comunismo, de outro lado o fascismo. A face do mundo ficou convertida num amplo campo de batalha, cujo desfecho era ainda uma incógnita". O autor acreditava que qualquer que fosse o resultado do conflito, dele surgiria um novo Estado (nem fascista, nem comunista). E concluiu que esse Estado já existia em embrião no Brasil, com o nome de Estado Novo.

Graças à sua Revolução, o Brasil já penetrara no sentido da Nova Idade e realizara mais da metade das raiosas promessas que o futuro aponta. Deixando de lado as velhas fórmulas sociais, políticas e econômicas... adaptou-se à era contemporânea, penetrou, enfim, sem abalos, no período de transição para as novas fórmulas e os novos tempos... (Machado, 1942, p. 207-26)

Os textos mencionados evidenciam a preocupação em salientar a originalidade da nova ordem política. A solução brasileira era valorizada não só porque se adaptava às condições e características nacionais, mas também por ter sido precursora de uma transformação pacífica, capaz de resolver a questão social com um Estado reformado.

O peronismo e a nova era

Perón foi eleito num momento de pós-guerra, quando a Europa, enfraquecida pelos conflitos, deixou espaço para o surgimento de outras potências internacionais – Estados Unidos e União Soviética –, que, em disputa pela hegemonia mundial, deram início à guerra fria. A América Latina, no decorrer do conflito, foi sendo arrastada para o lado dos Estados Unidos, sob o signo do pan-americanismo, mas a Argentina não participou dessa confraternização no hemisfério.

Alguns documentos secretos do GOU procuram justificar a neutralidade da Argentina na guerra, referindo-se também às insinuações do governo norte-americano para um posicionamento pró-Aliados. Os membros dessa organização alegavam que a neutralidade era possível e vantajosa para a Argentina tendo em vista sua posição geográfica e as riquezas do seu próprio solo que, sem dúvida, lhe davam independência (Potash, 1984, p. 193). Quanto à situação nacional, o grupo julgava que o governo chegara a um "beco sem saída": "com uma situação interna difícil... a classe dirigente desacreditada e desprestigiada, com os políticos comprovadamente delinquentes, a situação interna não poderia ser mais desoladora" (ibidem, p. 203).

Analisando as soluções propostas por diferentes grupos, concluíam que a Frente Popular (União Democrática Argentina) era pela revolução social de tipo comunista e se chegasse ao governo faria a revolução a partir de cima, pelo mesmo método seguido na Espanha. Os nacionalistas também encaravam a solução dos problemas por meios mais ou menos revolucionários, mas esperavam a ação do Exército,

contra o qual não desejavam atuar por serem forças da ordem. Já o Exército vivia o problema do momento, não havendo quartel onde não se discutisse a situação do país; os oficiais jovens eram partidários de atuar e estavam prontos para sair a qualquer momento, mas os chefes, em geral, não participavam do entusiasmo dos oficiais e, pesando os prós e os contras, eram favoráveis a soluções mais suaves.

O documento termina dizendo que, como as questões não tinham sido encaradas seriamente, "as forças ocultas, movidas a partir do exterior, invadiram literalmente o país em todas as suas partes. Hoje se movem agentes estrangeiros de toda espécie, encarregados de sabotagem contra o Estado" (ibidem, p.203-9).

Embora apontasse para uma situação de indefinição, o documento demonstrava claramente que o setor dos jovens oficiais estava "pronto para sair a qualquer momento". Foi o que ocorreu em 4 de junho de 1943. Na verdade, outros setores das Forças Armadas já haviam tentado, sem sucesso, em 1941 e 1942, dar um golpe contra o regime para garantir a neutralidade na guerra.

O golpe liderado pelo GOU, grupo do qual fazia parte o coronel Juan Domingo Perón, aconteceu num momento em que começava uma luta interna pelo controle da organização; entre o 4 de junho de 1943 e o 17 de outubro de 1945, data em que a condução política do grupo passou indiscutivelmente para as mãos de Perón e seus aliados, a disputa pelo poder foi intensa. A ascensão de Perón ao poder ocorreu por caminhos tortuosos e incertos. A crítica situação movida pela ruptura com os países do Eixo, apoiada por Perón, motivou a renúncia do presidente Ramírez e a desconfaça do Exército. Os conflitos tornaram-se mais agudos quando o governo militar posicionou-se por uma "saída eleitoral".¹

Com o fim do conflito mundial, tanto as circunstâncias internas como as externas impunham uma adequação do país à nova conjuntura. Apesar da vitória dos aliados, o modelo liberal exigia revisões, e a divisão internacional do trabalho anterior também se alterara, substituindo alguns mercados por outros. Foi nesse contexto que Perón consagrou-se como o grande líder político da Argentina.

No ano decisivo de 1945, Perón acumulava as seguintes funções: secretário do Trabalho e Previdência, ministro da Guerra, direção-geral da Aeronáutica Civil, vice-presidência da Nação e presidência do Conselho Nacional de Pós-guerra.

Em 5 de julho de 1946, já eleito presidente da República, Perón discorreu sobre a "Revolução Salvadora", que se iniciara há três anos com o golpe de 1943 e se concretizara, naquele momento, com o triunfo que merecia o autêntico povo argentino. Nesse contexto, o líder afirmou: "De agora em diante se inicia uma nova etapa para a vida do país. Recuperada e fortalecida, a nação argentina pôs-se novamente em marcha" (Perón, 1973, p.130).

Imagens de revolução no varguismo e no peronismo

A idéia/imagem da revolução destaca-se nas mensagens varguista e peronista. Em vez de desqualificar o significado do termo em nome de um modelo teórico, pretendemos recuperar o sentido de "revolução" expresso no material propagandístico.

Francisco C. Falcon chama a atenção para a importância da idéia de revolução e da prática revolucionária no período de pós-guerra. Ativada pelo impacto causado pelas notícias sobre a revolução bolchevista na Rússia, a

¹ Após o golpe, o general Rawson assumiu a Presidência do país; logo destituído do poder e substituído por Pedro P. Ramírez. O grupo de Perón venceu o coronel E. González,

(chefe do GOU na primeira fase), o general Ramírez e finalmente o general Avalos, último obstáculo militar no caminho do poder. O único aliado forte de Perón foi o presidente Farrell (Flora, 1975, p.76-8).

Revolução deixara de ser monopólio de socialistas, comunistas e anarquistas, pois, entre os setores habitualmente denominados de conservadores, direitistas ou "contra-revolucionários", logo surgem vozes que se opõem à revolução "vermelha" ou "bolchevista", em nome do

que intitulam "outra revolução", "terceira revolução" ou "verdadeira revolução". Desprezada pela historiografia de viés marxista, pois é evidente que a direita jamais poderia ser revolucionária, por definição, essa "outra revolução", só em época recente, voltou a ser estudada... (Falcon, 1991, p.39)

O autor refere-se à relação contraditória entre essas ideias de revolução que expressam visões de mundo antagônicas. Enquanto a direita odeia e teme a revolução proletária, chamada de "revolução bolchevista", para a esquerda, a proposta de uma "terceira revolução" é inconcebível. Mas, como afirma Falcon, há enormes diferenças entre as duas e não será ignorando ou desqualificando uma delas que se conseguirá compreender o significado dos discursos e formas de pensamento para os quais a realidade de ambas se afigurava igualmente indiscutível (ibidem, p.29-43).

Levando em conta essas observações do autor, procuro entender a representação de revolução criada no varguismo e no peronismo com o intuito de legitimar a "destruição da velha ordem" e a "construção do novo".

A vitória desses dois movimentos foi saudada como o triunfo das luzes sobre as sombras. O mito solar da revolução, analisado por Jean Starobinski (1988), no contexto da Revolução Francesa, aqui se reproduz. A Revolução de 1930, no Brasil, foi comemorada com expressões do tipo: "Benditos sejam os nomes daqueles que fizeram raiar, para quarenta milhões de escravizados, a nova alvorada da república e da democracia" (*Diário Carioca*, 24 out. 1930). Na Argentina, Perón, recuperando a memória do 17 de outubro de 1945, afirmou: "Resplandece no contraste das luzes e sombras da noite, a maravilhosa luz do dia 17 de outubro onde em meus ouvidos ressoavam as vozes dos descamisados, reclamando, em meu nome, seus próprios e inalienáveis direitos à justiça e à liberdade" (*Notícias Gráficas*, 2 jun. 1952).

As políticas varguista e peronista condenavam os valores oriundos da Revolução Francesa, mas se valeram das imagens produzidas em torno desse acontecimento. O mito solar da revolução,

como mostra Starobinski, faz parte de uma leitura imaginária do momento histórico, destacado como um ato criador que contribui para modificar o curso da história. A imagem do dia triunfante e da origem relaciona-se à paixão pelo recomeçar. Aquilo que é aniquilado, sem retorno, deixa o campo livre para o começo. O autor insiste não apenas no poder de representação do mito, mas também na sua capacidade criadora, mobilizadora, transformadora do real (Starobinski, 1988, p.38-43).

Alguns autores recorreram a outras imagens, também de forte impacto, para representar a Revolução de 1930 no Brasil, considerada como marco inicial da transformação que se consolidou no Estado Novo. Leão Machado (1942, p.35) referiu-se a uma "avalanche que se desequilibrou dos cimões nevados da montanha e desceu impetuosamente pelas ladeiras, arrastando pedras, árvores e edifícios em seu tremendo desabamento e, no dia 3 de outubro de 1930, rebentou a Revolução, com o rompimento material da ordem". Alvimar Silva (1939, p.19) construiu imagem semelhante do episódio:

Uvia-se o rumor da borrasca. A tempestade armava-se no horizonte. Todo mundo esperava alguma coisa. Poderia ser um cataclismo destruidor ou a força desalentadora da nacionalidade. A sociedade brasileira estava numa agitação tenebrosa.

Nessas representações, a "revolução" é associada a forças incontrolláveis da natureza. O poder humano, racional, ficava à mercê dos acontecimentos imponderáveis e nada se podia contra eles. As metáforas sugerem violência relacionada à potencialidade de destruição do movimento revolucionário. Para Leão Machado (1942, p.37), a revolução tinha um programa a cumprir, mas "...os primeiros ímpetos são meras forças destruidoras, cegas, brutais, desencadeadas por um conjunto de circunstâncias estranhas à própria substância da revolução pregada".

A violência da Revolução de 1930, simbolizada pelas forças incontrolláveis, justificava-se pela sua tarefa de destruição da velha ordem, abrindo caminho para gerar mudanças profundas na sociedade. A

tarefa de reconstrução ficava ao encargo do Estado Novo. Para Leão Machado, a “revolução brasileira” ocorrera em dois tempos: 1930 e 1937. No primeiro tempo, destruíra um regime que mergulhou o país em grande desordem. Seu objetivo, portanto, era o da “substituição orgânica e profunda de métodos, de processos e normas da vida pública”. Possuía um programa de reforma radical, o que ocorreu a partir de 1937 (ibidem, p. 60-2).

A Argentina não viveu um processo de luta armada como ocorreu no Brasil. No entanto, os peronistas utilizaram o termo *revolução* também com o sentido de ruptura e transformação radical. O golpe de 1943, definido como “Revolução Salvadora”, representava o momento de destruição da velha ordem; a eleição de Perón em 1946 dava início à fase de reconstrução.

Os marcos revolucionários estabelecidos pelo peronismo eram os seguintes: 1943, 1945 e 1946. O primeiro momento, o da “Revolução Salvadora”, segundo Perón, representou um desejo superior de justiça que foi o motor da revolução triunfante (Perón, 1973, p. 30). O líder procurou esclarecer que o golpe de 1943 não significara um “golpe quarteleiro”, mas um movimento que dera início a um processo de transformações profundas: “Na mente dos que conceberam e gestaram a Revolução de 4 de Junho estava fixa a idéia da redenção social da nossa Pátria.” Mil novecentos e quarenta e três representou uma “chispa que o 17 de Outubro incendiou a fogueira na qual hão de queimar-se e consumir-se os restos do feudalismo que ainda se deixa entrever em terra americana” (ibidem, p. 131). Procurando vincular mais claramente o golpe de 1943 com o movimento popular de 17 de outubro de 1945, Perón afirmou: “A Revolução feita há dois anos e quatro meses pelo Exército tinha sido compreendida e havia passado ao povo e, em consequência, havia triunfado” (ibidem, p. 133).

As imagens de ruptura estão mais associadas ao 17 de Outubro: “Na Praça de Maio, no dia 17 de outubro: o triunfo.... O que aconteceu antes é pré-história. A História de uma Nova Argentina começou ali” (*La Prensa*, 16 out. 1954). Mas as três datas, quando indicadas em seqüência, transmitem a idéia de um processo:

O clamor popular que acompanhou as Forças Armadas no 4 de Junho e fez estalar pujante no 17 de Outubro impôs-se, solenemente, no 24 de Fevereiro de 1946. (ibidem, p. 134)

O registro de corte, marcando a separação entre o *velho* e o *novo*, está presente tanto no imaginário varguista como no peronista. No Brasil, a “Velha República” representava o passado a ser destruído e a política varguista era identificada pela construção do *novo*, expresso na denominação “Estado Novo”. Na Argentina, o *velho* significava a “década infame” e o *novo* referia-se ao peronismo, construtor da “Nova Argentina”.

Hannah Arendt, referindo-se ao conceito moderno de revolução (século XVIII), afirma que a representação da revolução faz supor que uma história, inteiramente nova, nunca antes conhecida ou narrada, está para se desenrolar. Golpe de Estado, revoluções palacianas, insurreições que provocam alternância de homens ou grupos no poder não se confundem com as revoluções: estas implicam mudança no sentido de um novo princípio em que a violência foi utilizada para construir uma nova forma de governo completamente diferente, dando origem à formação de um novo corpo político, no qual são almejadas a libertação da opressão e a constituição da liberdade (Arendt, 1988, p. 23).

Tanto o golpe de 1937 no Brasil como o golpe de 1943 na Argentina eram representados como etapas da revolução: o argentino representava o começo do processo revolucionário (fase destruidora do *velho*) e o brasileiro, o fim (fase construtora do *novo*).

Alegava-se que, no Brasil, o governo revolucionário de 1930 encontrara muitas dificuldades para promover as mudanças: reação dos adversários, resistências ao novo etc. Mas logo se concluiu que o “defeito, a falha, o mal, não estava nos homens, mas no regime” (Machado, 1942, p. 132).

O golpe de 1937 mereceu aplausos por ter dissolvido o poder parlamentar e declarado extintos os partidos (Souza Soares, 1939, p. 25). Para os adeptos desse ato, o Estado Novo representava uma “Nova Era”, acompanhada de uma consciência marcada pelo res-

peito à autoridade e pelo aumento da obediência. O povo aprendeu, em três curtos anos, a "acatar, respeitar e fielmente obedecer". Com isso, "além da supressão das causas de desordem, acabou, também, a pecha de indisciplina do povo brasileiro" (Machado, 1942, p.150-1).

Getúlio Vargas salientou a necessidade de reforma política para completar a obra da revolução. Argumentando que a gênese política de nossas instituições não correspondia, desde 1889, aos fins para que elas se destinavam, justificou a necessidade do golpe de 1937 pelos riscos de luta de classe e guerra civil. Como a máquina do Estado não funcionava mais, cabia criar instrumentos de poder efetivos e reais, o que resultou na instauração de um regime forte, com reforço do poder central e recuperação da autoridade nacional (Vargas, 1938, p.21-30 e 30-2).

Pelo exposto, pode-se concluir que a essência da revolução consistia na reforma política: ela implicava destruição das instituições liberais e criação de um Estado Novo, autoritário, promotor do encontro entre o "Brasil legal" e o "Brasil real". Os princípios de autoridade e obediência estavam na base dessa reforma revolucionária.

Os discursos varguistas davam destaque à questão social, entendida como a problemática dos novos tempos. A política trabalhista tinha como meta eliminar a miséria e garantir os direitos dos trabalhadores, atendendo a suas reivindicações. No entanto, alegava-se que tais problemas só poderiam ser solucionados com a construção de um Estado forte, dotado de instrumentos prioritários para o atendimento das questões sociais e com capacidade para proteger as massas, organizá-las e controlá-las. Nessa perspectiva, a reforma política era prioritária porque dela dependia a reforma social.

No caso da Argentina, por circunstâncias históricas diversas, a justiça social acabou se impondo como o carro-chefe da "revolução peronista". Um periódico peronista afirmou: "O que inauguramos é mais do que a era atômica, é a era do povo" (*Democracia*, 9 jan. 1947). Essa imagem revela a importância atribuída às realizações do governo no plano social. Num discurso pronunciado em 2 de setembro de 1944, Perón declarou:

As revoluções devem ser profundamente inovadoras em suas finalidades e, no caso, a inovação fundamental reside em levar às massas trabalhadoras um bem-estar superior ao que atualmente gozam ... (Perón, 1973, p.224-5)

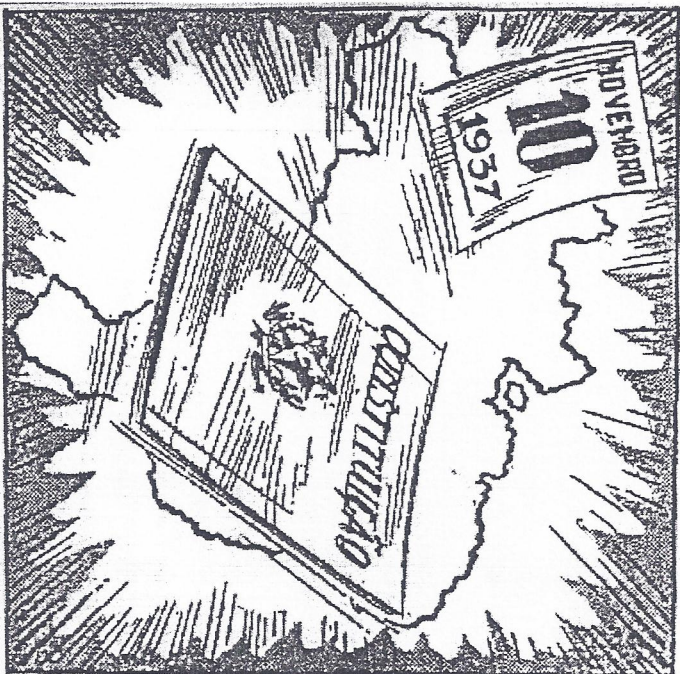
A representação da "justiça social", também identificada como "terceira posição", está muito bem expressa no álbum comemorativo das realizações peronistas, na página dedicada às "Três posições ideológicas". Em dois quadros localizados na parte superior da página, encontram-se as referências aos regimes capitalista e comunista. O primeiro é representado por imagens de exploração do trabalho; o segundo, por imagens de opressão. Na parte inferior da página, aparece, em destaque, o quadro referente ao "justicialismo", ilustrado com o desenho de um casal abraçado, segurando uma criança, e, mais abaixo, aparece a imagem de uma casa, simbolizando o lar. A cena completa-se com os seguintes dizeres de Perón: "Regime Justicialista Argentino. Oferece trabalho, paz, justiça e bem-estar" (*La Nación Argentina*, Publicación Especial Comemorativa, 1950, p.470).

A democracia da nova era

O varguismo e o peronismo denunciaram a hipocrisia do sistema democrático formal e prometeram ampliar a democracia para além dos limites de usufruto dos direitos do "indivíduo", incluindo os direitos sociais, em termos legais. Cabe analisar a concepção de democracia social proposta nos dois regimes, seus limites e as diferenças entre a "democracia autoritária" do Estado Novo e a "democracia justicialista" do peronismo.

A democracia autoritária do Estado Novo

Francisco Campos afirmava: "A nova Constituição é profundamente democrática". Mas esclarecia que os valores implícitos na expres-



...outorgou ao Povo Brasileiro uma nova Constituicao, criando, assim, dia predeterminado, o Estado Novo

Figura 8 – Páginas da cartilha Getúlio Vargas para crianças (p.84-5).

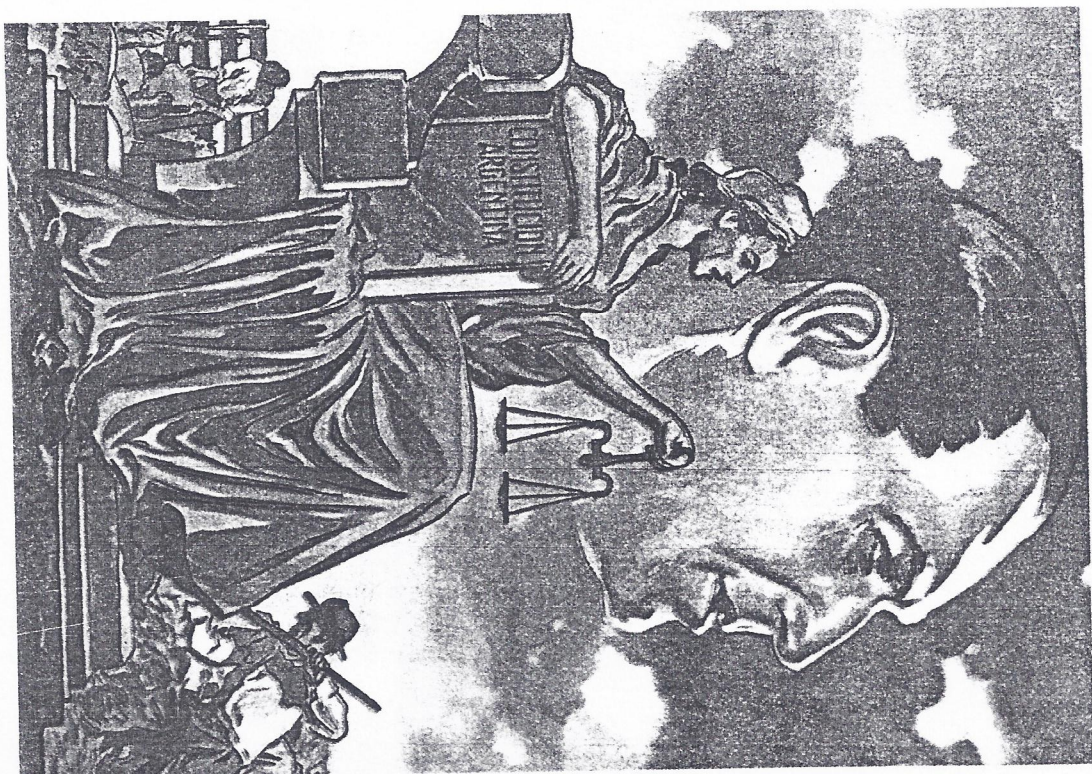


Figura 9 – Ilustração do livro Justicialismo (p.121).

são "democracia" variavam com os tipos de civilização, de cultura e com as transformações operadas no mundo. Tratava-se, portanto, de inverter o conceito de democracia próprio do século XIX, que definiu o poder do Estado como negativo, e transformá-lo em positivo, pois só o Estado forte poderia exercer a arbitragem justa, assegurando a todos o gozo da herança comum da civilização e da cultura (Campos, 1940, p. 56). Definia o Estado como democrático porque o presidente, chefe responsável da nação, só poderia exercer suas enormes prerrogativas se contasse com o apoio e o prestígio do povo, precisando, para isso, apelar frequentemente à opinião pública. Dessa forma o seu mandato teria um caráter eminentemente democrático e popular (ibidem, p. 58).

O Estado Novo foi definido por Azevedo Amaral (1938) como "democracia autoritária" marcada pelo reconhecimento das liberdades civis e de consciência, mas negadora das liberdades políticas em favor do princípio de autoridade do Estado. Já Oliveira Vianna (1949) era defensor da substituição de um sistema político baseado na "solidariedade mecânica" – o liberalismo – por outro fundamentado na "solidariedade orgânica". Na "democracia orgânica", o poder seria a expressão do conjunto das funções desempenhadas na sociedade, não o resultado do somatório de vontades individuais e iguais, como ocorria na "democracia atomística". Para esse autor, o problema básico do Brasil era a falta de autoridade do Estado, por isso propunha a "democracia corporativa, orgânica e autoritária", com ênfase no princípio da autoridade em detrimento da liberdade política (Beired, 1996).

O Estado Novo não incorreria no erro dos socialistas de propor a utopia de uma sociedade sem propriedade privada e sem classes, comenta Ângela Castro Gomes. O Estado autoritário reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial. A autora mostra que, por essa razão, o mercado continuava a proteger uma área fundamental de liberdade (liberdade privada), que distinguia a sociedade do Estado e se realizava fora da esfera pública. Isso implicava a distinção entre liberalismo político e econômico: o primeiro era negado e o segundo persistia, limi-

tando-se apenas os seus excessos. O intervencionismo do Estado, assumindo a planificação econômica e a participação na produção, não deveria chegar aos excessos totalitários de negação do mercado e do valor econômico de uma liberdade privada do indivíduo (Castro Gomes, 1982).

Como se pode notar, o alvo de ataque dos antiliberais era o liberalismo político e seu sistema de representação. Júlio Barata divulgou o espírito da nova Constituição nos seguintes termos:

A nova Constituição brasileira é a democracia em atos e não em palavras, é a democracia do povo e não a democracia dos partidos. Esta é a democracia de verdade e não aquele hipotético governo das multidões, que Homero comparava à loucura, e que a Bíblia amaldiçoou no livro dos Juizes, em apólogo célebre lembrando-nos de que o voto, mal exercido nas democracias de pura fachada, redundava na promoção dos maus ao poder. ... O Estado democrático, que hoje afinal possuímos, atinge os mais altos e os mais honestos objetivos dos partidos conservadores e também dos direitistas. (Barata, 1938, p. 40-1)

Essa democracia, definida também como racional, porque feita sob medida para o corpo do Brasil, criara, segundo o autor, um Estado forte sem nenhuma daquelas características dos regimes de força implantados no estrangeiro. É a força, mas não é a violência. O Estado forte afirmava-se pela centralização do poder, pela limitação racional da liberdade do indivíduo em proveito da liberdade coletiva, pela unificação das vontades graças à supressão das excrescências partidárias que pouco a pouco nos atiraram na anarquia e no caos (ibidem, p. 86 e 89).

As imagens expressas nesse texto de divulgação salientam as diferenças entre a "boa democracia", a democracia autoritária, e a "má democracia", a democracia liberal. Além disso frisa o espírito pacífico e ordeiro da nova ordem, traços sempre reafirmados como característicos da "Índole do povo brasileiro".

Em 1940, Getúlio Vargas declarou que o Estado Novo, verdadeiramente democrático, deveria possuir a característica de um governo forte que não admitisse a sobrevivência do espírito de desagregação

e das expressões particularistas (Vargas, s.d., p.62-3). Chamamos a atenção para o fato de que Getúlio Vargas, em seus discursos referentes à natureza do regime, não deu ênfase à problemática da justiça social; tampouco o fizeram os sociólogos Azevedo Amaral (1938) e Oliveira Vianna (1949), que se orientavam por uma perspectiva laica e cientificista. Essa questão foi abordada especialmente pelos católicos, como afirmamos anteriormente. Os autores de formação cristã entendiam a democracia autoritária por um outro prisma.

O autor Leão Machado, de formação cristã, divulgou as benesses da “democracia renovada”, fazendo crer que ela incorporaria todas as promessas do socialismo e, orientada pela teoria social da Encíclica *Rerum Novarum*, conservaria todas as boas conquistas da civilização cristã. Ela seria, em suma, um Estado no qual haveria pão e bem-estar para todos, nenhuma guerra, nenhuma exploração do homem pelo homem, nenhuma contradição. Além disso, asseguraria a posse pacífica dos princípios espirituais da liberdade de pensamento, da família e da propriedade individual. Os traços do novo Estado, segundo o autor, baseavam-se na disciplina política, na justiça social que ampara o trabalho e o trabalhador, no fim do monopólio das classes privilegiadas e da riqueza sem energia criadora (Machado, 1942, p.221-3).

Para os ideólogos do Estado Novo, a meta do novo governo era a reforma política com introdução de uma democracia autoritária capaz de promover o progresso econômico e a ordem na sociedade; o programa de justiça social estava subordinado à reforma do Estado e ao desenvolvimento econômico. Nisso se diferenciavam dos autores católicos que apontavam a justiça social como meta prioritária da nova política.

Nos textos destinados à formação cívica das crianças e do povo brasileiro em geral, expunham-se, de forma didática, as qualidades do novo regime. O *Catecismo Cívico do Brasil Novo* abordou temas como “A nacionalidade”, “Deveres para com a pátria” etc., na forma de perguntas e respostas. Cabe reproduzir algumas passagens para mostrar como os conceitos políticos foram traduzidos em imagens simples para atingir o povo/criança.

Nos itens referentes ao “Princípio da autoridade” e ao “Regime autoritário”, ficam visíveis as justificativas para as mudanças políticas. Tais justificativas tinham como objetivo a busca de legitimidade e apoio à nova ordem. Mencionaremos, a seguir, alguns exemplos:

Pergunta: O exercício da autoridade suprema por um chefe não contraria a vontade do povo em uma democracia?

Resposta: Absolutamente, não. O Chefe do Estado, em um regime democrático como o que foi estabelecido no Brasil pela Constituição de 10 de Novembro, é o expoente do povo, o seu representante direto. ... Obedecendo, portanto, ao Chefe que o representa, o povo, apenas, se conforma com aquilo que ele próprio deseja e é executado pelo depositário de uma autoridade por ele conferida.

Pergunta: Não há, portanto, nenhuma incompatibilidade entre as idéias de democracia e de governo autoritário?

Resposta: Nenhuma. Sob a influência dos erros com que o liberalismo corrompeu o verdadeiro conceito de democracia, surgiu a crença de que o regime democrático envolvia o enfraquecimento da autoridade governamental. Semelhante idéia, entretanto, é falsa. A autoridade é indispensável em qualquer forma de governo e sem ela uma nação não pode permanecer unida e forte. ... Na democracia autoritária, é preciso que o Estado tenha poder para harmonizar todos os interesses particulares e submeter as conveniências dos indivíduos e dos grupos sociais às do bem coletivo. Em tais circunstâncias, é muito necessário que num regime democrático como o nosso a autoridade do Governo seja ampla.

Pergunta: Do que acabo de saber, posso concluir que as limitações que, outora, diminuíram a autoridade do Presidente da República causaram males ao Brasil?

Resposta: Sim. Pode-se afirmar que todos os males sofridos pelo país durante os primeiros quarenta anos de regime republicano decorreram, principalmente, do fato de o Chefe da Nação não dispor de meios de agir com eficácia em todos os setores da vida nacional e em todos os pontos do território do Brasil. Além disso, a fraqueza do Poder Central envolvia consequências políticas muito sérias e desinteligências entre os Estados, fazendo com que constantemente estivesse em risco a ordem interna do país.

Pergunta: No nosso atual regime constitucional poderiam subsistir os partidos?

Resposta: Evidentemente, não. ... O Estado Novo é o órgão da Nação no seu conjunto, não podendo, portanto, ser jamais monopolizado por partidos, como acontecia outrora. O único partido admissível será o que congregue os interesses e o patriotismo de todos os brasileiros para a defesa do Estado e o engrandecimento da Pátria. Semelhante partido só poderá ter um chefe, que é o próprio Presidente da República, a quem cabe, nos termos claros da Constituição de 10 de Novembro, dirigir a política nacional.

O tom categorico das certezas e verdades contidas nas respostas, a visão maniqueísta apresentada em relação ao *antes* e ao *depois*, a simplificação das explicações elaboradas a fim de induzir as escolhas constituem técnicas do discurso autoritário, eficazes no sentido da persuasão.

Nessa publicação não há ilustrações, como era de se esperar num texto de tal natureza. O mesmo ocorre com o livreto de caráter semelhante, intitulado *O Brasil é bom* (série produzida pelo Departamento Nacional de Propaganda). Nele, o Estado Novo também é explicado de forma pedagógica: o texto transmite imagens positivas do regime com vistas a formar a consciência do pequeno leitor com base nos valores novos.

No exemplar nº 33, de 1938, a primeira página de *O Brasil é bom* define seu público leitor:

Menino:

Lê este livrinho com atenção. Aprende estes ensinamentos. Se teu pai e irmãos sabem ler, faz que eles o leiam contigo. Se eles não sabem ler, prestarás um serviço ao teu Brasil, lendo-o em voz alta para que eles o ouçam e aprendam o que nele se ensina.

Todas as páginas iniciam com a frase afirmativa: "O Brasil é bom"; na primeira, ela é seguida de uma interrogação: "Por que o Brasil é bom?". Nas seguintes, responde-se, em trinta lições, a essa indagação, exaltando, em cada uma delas, as qualidades do "bom Brasil".

Na lição 25, explica-se que "o Brasil é bom porque é uma democracia. Democracia é o governo do povo". A lição 28 esclarece que o novo regime brasileiro é uma reforma do nosso sistema político. Não é, porém, um repúdio aos ideais democráticos. Não é o abandono da democracia. A democracia continua. O que se fez foi corrigir o que nela estava errado. Foi emendar os seus vícios.

O livro *Getúlio Vargas para crianças* (volume especial da Biblioteca da Pátria, patrocinado pelo Suplemento juvenil-mirim O Lobinho) constitui um roteiro para a juventude brasileira acompanhar a História do Brasil. O capítulo 6 apresenta um texto sobre o "Estado Novo", contendo algumas ilustrações desenhadas com traços simples, em branco-e-preto (por exemplo, um livro grande com o título *Constituição*, jogado sobre um mapa radioso do Brasil e, no alto, uma folhinha marcando 10 de novembro de 1937; um retrato do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e, no fundo, tanques de guerra; Getúlio Vargas entre homens sorridentes demonstrando contentamento com o novo regime; uma sala de aula com adultos fazendo prova de concurso para ingresso aos cargos de administração, novidade introduzida pelo regime).

O texto responsabiliza os agitadores políticos, elementos de destruição e desordem, pela mudança do regime:

Horrorizado pela demagogia crescente do Poder Legislativo e verificando os maus rumos da campanha de sucessão presidencial, em 1937, a 10 de novembro, Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição, criando, nesse dia predestinado, o Estado Novo. ... O Estado Novo nasceu com o prestígio do apoio das forças de terra e mar e logo a opinião pública ratificou por completo o gesto de Getúlio Vargas. ... O General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra... expressou a confiança que o Exército depositava no novo regime e na firme aplicação dos dispositivos da Carta de 10 de Novembro, fator de maior união e de maior desenvolvimento para o Brasil. ... Em viagens que realizou ao interior do Brasil, pôde o Presidente avaliar o contentamento com que o novo regime de governo havia sido recebido em toda terra brasileira.

PARA CRIANÇAS

87



General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra

A explicação do Estado Novo contida nesse capítulo afirma o caráter de "outorga" da nova Constituição, elaborada pelos ideólogos da reforma do Estado, implantada por meio de um golpe apoiado pelos militares. O povo foi participado do acontecimento *post-festum*, cabendo apenas manifestar contentamento em retribuição ao benefício outorgado em seu nome. O ato autoritário e a ausência de participação popular estão implícitos e justificados no texto.

Em outras partes aparece o presidente viajando pelo país para entrar em contato com o povo em diferentes regiões. Além de demonstrar o interesse do chefe pelas necessidades populares, regionais e das diferentes etnias, o texto reforça a ideia de aprovação do povo em relação às reformas do Estado.

Cabe notar que as mensagens divulgadas por meio dessas publicações demonstram a preocupação de salientar a originalidade da democracia brasileira no contexto dos tempos novos: a noção de democracia autoritária buscava legitimidade mediante as imagens que mostravam a relação direta do chefe do Estado com o povo e as que expressavam contentamento popular diante do novo poder.

Ângela Castro Gomes considera que o legado do Estado Novo foi um projeto democrático que se concebia como autoritário. Ele necessitava de um Estado forte e prescindia de participação política. No seu interior se constituiu um novo sujeito social, definido como o cidadão de uma nova espécie de democracia: o trabalhador brasileiro e o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional (Castro Gomes, 1982, p. 143). Este será o tema do próximo capítulo.

A "democracia justicialista" do peronismo

A ideologia do Estado Novo foi formulada por um conjunto de intelectuais que também definiram as linhas mestras da reforma do Estado. Na Argentina, a "doutrina peronista" era identificada como sendo de autoria de um único homem, o líder Perón. Seus escritos e pronunciamentos orais tratam de assuntos diversos, mas dão especial

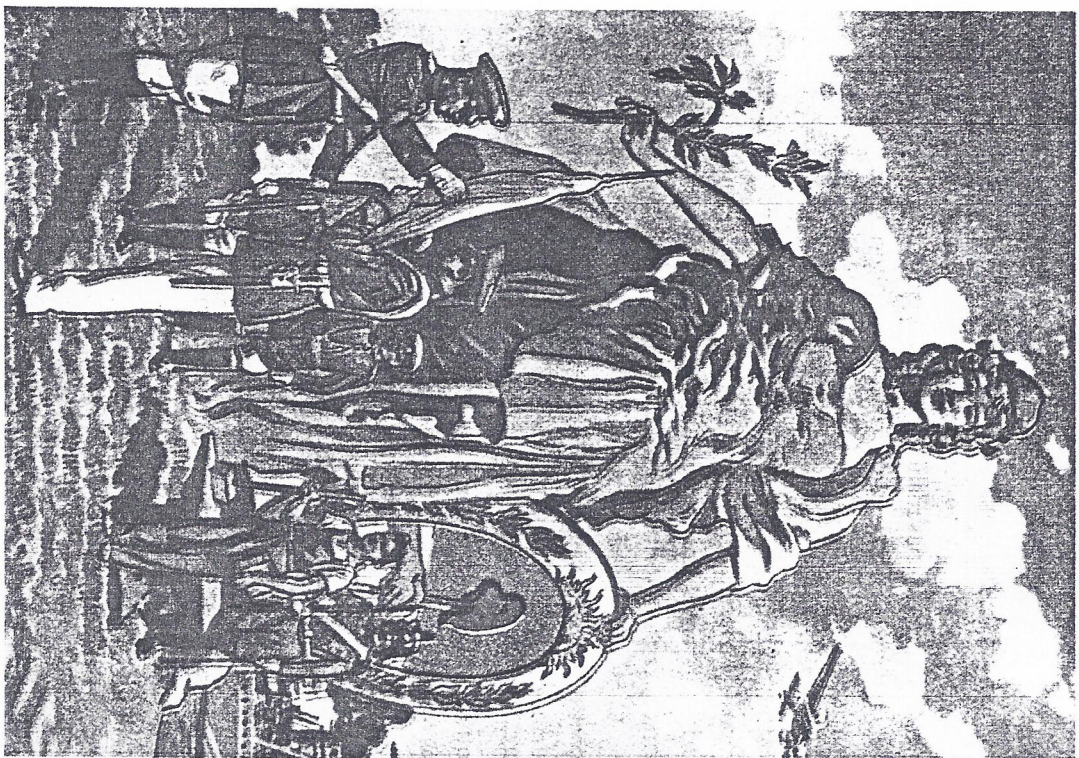


Figura 11 – Ilustração do livro *Justicialismo*, p. 89.

ênfase ao “justicialismo”, nome que ele próprio atribuiu à sua política de “justiça social”.

Diferenciando-se do Estado Novo varguista, em que a reforma do Estado era prioritária para a realização do progresso material dentro da ordem, Perón definiu a justiça social como eixo de sua doutrina e de sua política. O justicialismo dava sentido à nova democracia.

O Estado moderno, segundo Perón, não podia ser indiferente, nem testemunha silenciosa e inoperante diante das angústias do homem e da comunidade. Deveria compenetrar-se da dor humana e buscar remédios apropriados para os males da sociedade, cujos destinos rege. Cabia a ele realizar uma política de segurança social (4 dez. 1944) (Perón, 1973).

Embora Perón fosse favorável ao Estado intervencionista, suas posições distanciavam-se das teses defendidas pelos teóricos brasileiros. É preciso levar em conta que a política varguista teve início (1930-1937) num momento de entusiasmo geral com as experiências fascistas, sobretudo no que se referia à organização corporativa. Já o peronismo consolidou-se após a derrota desses modelos (1945).

Perón, antes de sua aparição na cena política, estivera na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler, onde observou *in loco* transformações por ele consideradas muito positivas. No entanto, no mundo de 1946, a implantação de políticas dessa natureza dificilmente poderia ocorrer sem provocar fortes pressões internas e externas. As diferenças de conjuntura vivenciadas durante o varguismo e o peronismo explicam, em parte, as posições assumidas pelos dois líderes. Com a derrota do nazi-fascismo e a vitória dos Aliados, Perón não conseguiria pôr em prática uma política similar à do Estado Novo. É possível supor que não foi por apreço à democracia liberal que o líder argentino manteve esse sistema em vigência; suas simpatias pelo Eixo eram bem conhecidas até sua ascensão ao poder. Seus discursos sobre a natureza do Estado, quando comparados aos dos estadonovistas, mostram bem a necessidade que teve de se adaptar à mudança política internacional.

Em 18 de janeiro de 1945 o líder já se pronunciara a respeito dos limites do Estado: “Não chegaremos a pensar que o Estado é tudo e o indivíduo nada, porque o todo é a Nação, e o Estado é, dentro dela,

uma só de suas panes" (18 jan. 1945) (Perón, *Doctrina peronista*, 1973, p. 87). Nessa perspectiva o líder argentino não se identificava completamente com a concepção orgânica orientadora dos reformadores brasileiros que, embora admittissem a liberdade individual em alguns planos, insistiam na supremacia do todo em relação às partes. Perón propunha a indispensável cooperação da comunidade para manter o equilíbrio dos interesses individuais e sociais e para obter o reconhecimento e o respeito dos direitos inerentes à personalidade humana. Mas esclarecia:

Essa conclusão não nos há de levar a abraçar as doutrinas coletivistas e, menos ainda, a apartar-nos do princípio essencial que sustenta a supremacia do indivíduo em relação ao Estado, cujo fim primordial é assegurar o bem-estar daquele dentro da maior liberdade possível (24 fev. 1947). (ibidem, p. 86)

Ao tratar da democracia, o líder esclarecia as posições anteriores. Referindo-se à evolução do sistema, afirmou que confiar nessa fórmula nascida do individualismo não significava esquecer que o homem é um ser eminentemente social (ibidem, p. 113-4).

Propunha adaptações do liberalismo nos seguintes pontos: respeito à "unidade" composta pelas forças armadas, as forças econômicas e as forças criadoras; à "autoridade", que implicava a atuação do Estado como terceira parte no que se referia ao problema da relação capital/trabalho; à "riqueza" do país controlada pelo Estado, porque as economias jovens não deveriam ser geridas pela iniciativa privada, não capacitada a atender aos interesses nacionais; à administração do econômico em função do social; às conquistas sociais que dependiam das conquistas econômicas e sem elas não poderiam subsistir.

A adaptação aos tempos novos, além de exigir a interferência do Estado nos pontos referidos, implicava uma forma nova de organização da sociedade. Segundo Perón, era necessário estimular o espírito de associação profissional e a formação de entidades profissionais que atuassem acima das lutas ideológicas e políticas (2 dez. 1943). Anos mais tarde, o líder ainda insistia na importância da organização produtora da "harmonia coletiva":

As massas humanas, organicamente constituídas, deveriam formar um ser harmônico, sem o qual não chegariam a ser massas organizadas. Essa harmonia haveria de ser estabelecida por um sentimento uniforme, por um conhecimento geral e por uma ação similar.

Perón advertia:

Pense-se no que ocorreria a um homem que tivesse que marchar numa direção e o seu coração, sua alma, o impulsionasse para outra direção. Enquanto as pernas movem o corpo num sentido oposto ao desejado não se pode chegar ao ponto que se quer alcançar. Com as organizações não se pode chegar ao mesmo: há que se dar a elas uma alma coletiva de modo coletivas ocorre o mesmo: há que se dar a elas uma alma coletiva de modo que possam mover-se de forma similar e possam resolver de maneira semelhante seus problemas. Há que se infundir nelas o conhecimento de como se move, se evolui e atua essa massa harmônica. Finalmente, há que se estabelecer como deve marchar e como deve proceder. O primeiro, o que forma a alma coletiva, é a doutrina; o segundo, o que imprime marcha em conjunto, é o que lhe proporciona a harmonia de conjunto, para que possa caminhar na direção que queira e para onde o guia sua alma e espírito. (25 dez. 1949) (Perón, 1973, p. 62-3)

O discurso de Perón demonstra afinidades com a ideologia estadonovista no que se refere à concepção orgânica. Mas a diferença se estabelece na concepção de Estado: enquanto os brasileiros pensaram organicamente a construção do Estado para, em seguida, organizar orgânica e harmonicamente as massas, Perón referia-se apenas à organização das massas. Os ideólogos brasileiros definiram a questão da organicidade com base em parâmetros "científicos", sobretudo a sociologia positivista e as teorias corporativistas que fundamentavam a criação de um Estado forte e autoritário. Perón não priorizou a forma do Estado; insistia que a constituição orgânica das massas era fundamental e deveria ocorrer a partir da consciência (sentimental e racional) das massas, formada por meio da incorporação de sua doutrina. A propaganda política tinha a tarefa de divulgar os valores da doutrina justicialista; o forte apelo sentimental visava à formação da consciência orgânica.

Referindo-se às disputas políticas na eleição presidencial, Perón desqualificou a posição democrática de seus adversários. Contrapondo essa falsa postura democrática à sua posição, afirmou:

sou democrata no duplo sentido político e econômico do conceito porque quero que o povo, todo o povo (nisto sim é que sou totalitário), e não uma parte ínfima do povo governe a si mesmo e porque desejo que todo o povo possa exercer as faculdades de autodeterminação. Sou, pois, muito mais democrata que meus adversários porque hoje busco a democracia real, enquanto eles defendem uma aparência de democracia, a forma externa da democracia. (12 fev. 1946) (Perón 1984, p.200-1)

Analisando os discursos de Perón no seu conjunto, pode-se concluir que as referências à democracia ou à natureza do regime político e do Estado são escassas. A grande ênfase está posta no justicialismo. Por isso, em polémica com seus adversários, afirmou: "o que no fundo do drama argentino se debate é, simplesmente, uma partida de campeonato entre a justiça social e a injustiça social" (ibidem, p.196).

O estudo do tema do justicialismo permite constatar a presença de um elemento importante na composição da 'doutrina peronista': a ênfase nos valores religiosos e hispânicos. Perón, em inúmeros discursos, referia-se à "Nova Argentina, profundamente cristã e profundamente humanista" (28 dez. 1945). O cristianismo constituiu a primeira grande revolução, a primeira libertação humana, completando as realizações gregas. Mas o cristianismo mesclava-se também com o hispanismo nos pronunciamentos do líder:

A República Argentina é produto da colonização e conquista hispânicas, que trouxe irmanadas, à nossa terra, em uma só vontade, a cruz e a espada. E nos momentos atuais parece que volta a formar-se essa extraordinária junção das forças espirituais e do poder que representam os dois maiores atributos da humanidade: o Evangelho e a Espada. (28 jun. 1944)

"Ao impulso cego da força, ao impulso cego do dinheiro, a Argentina, co-herdeira da espiritualidade hispânica, opte a supremacia vivificante do espírito" (12 out. 1947) (Perón, 1973, p.53-4 e 67).

A "terceira posição", ou seja, o justicialismo, sustentava-se nestes pilares: cristianismo, humanismo, hispanismo.

A ênfase na tradição cristã e nos valores espirituais permitiu definir o peronismo como "uma doutrina a serviço do bem". Perón enfatizava os "valores humanos", com os quais dizia se identificar: "Eu sou dos homens que pensam que o que governa há de ter em sua alma o sentido inato da justiça. Sem essa condição, nenhum homem poderá fazer bom governo e deve ter também em seu coração o amor ao próximo". Definiu a crise do "nosso tempo" como materialista, "porque se valoriza mais o possuir do que fazer bom uso do que é possuído" (9 abr. 1949) (idem, p.100).

Valores humanos, valores morais e sentimentos compunham a definição de peronismo. À pergunta: "o que é o peronismo?", o líder respondeu:

O peronismo é um humanismo em ação; o peronismo é uma nova concepção que descarta todos os males da antiga política: é uma concepção [baseada] no social, que iguala um pouco os homens, que lhes outorga iguais possibilidades e lhes assegura um futuro para que nesta terra não haja ninguém que não tenha o necessário para viver... E o peronismo não se aprende, não se diz, se sente ou não se sente. O peronismo é uma questão de coração mais do que de cabeça... (9 abr. 1949) (ibidem, p.67-8)

Diferentemente dos sociólogos brasileiros que invocaram teorias científicas para fundamentar as propostas de mudança, Perón privilegiou, em seus discursos, os valores e os sentimentos, argumentando que as transformações sociais dependiam desses componentes. Pouca importância atribuía às teorias, dizendo-se fiel à insígnia "melhor do que dizer é fazer e melhor do que prometer é realizar". O lema tão conhecido "Perón cumple y Evita dignifica" sintetiza bem o privilegió da ação e dos valores no ideário peronista.

210
POLLARD

IDENTIDADE NACIONAL E PRODUÇÃO DE SENTIMENTOS

A política de massas produz a busca de uma identidade nacional coletiva que, por sua vez, gera uma nova forma de sensibilidade política.

No Brasil e na Argentina dos anos 20-30, as correntes nacionalistas anunciavam o confronto entre o "eu individual" e o "eu coletivo". Com a introdução da política de massas, a propaganda política proclamou, nos dois países, a vitória do *nós* sobre o *eu*. Procurando atingir a vida cotidiana em todos os níveis (no lar, no trabalho, no lazer), as mensagens, com forte carga emotiva, buscavam introduzir nas consciências valores coletivos.

O varguismo e o peronismo surgiram em momentos de crise nas respectivas sociedades; o contexto de insegurança e instabilidade explica a aceleração dos sentimentos e sua transformação em paixão. O apelo a valores comuns e, por meio deles, a emergência simbólica de um *nós*, proclamação agressiva de uma identidade a se afirmar e legitimar, implicavam um trabalho complexo de construção da identidade e identificação do *outro*. Esse processo levou ao extremo as emoções (Ansart, 1983).

A batalha de símbolos, que tem um significado político muito importante, expressa bem as mudanças de sentimentos. No varguis-

mo, mas especialmente no peronismo, essas transformações foram muito significativas.

No Brasil, a mudança de regime ocorrida por um golpe, sem participação popular, fez que as modificações fossem percebidas e sentidas de maneira mais lenta. Como disse o ministro Alexandre Marcondes Filho: "Por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, a legislação trabalhista exigia divulgação e esclarecimentos" (Castro Gomes, 1988, p.229-30).

Antes de 1930, a paixão chegou a ser apontada como um traço da psicologia do brasileiro, traço negativo, a ser superado: "Somos uma nação posta em música por um Debussy neurasênico: sobresaltos melódicos inconseqüentes sobre uma floresta soturna de sons agitados. De nossa psicologia só nos é dado conhecer as paixões, as tendências ficam cada vez mais ocultas" (*Revista do Brasil*, 1916, apud Luca, 1996, p.188).

A necessidade de controle das paixões justificou o advento do Estado Novo.

Na publicação *Estado Novo. Catecismo cínico do Brasil*, a explicação para o golpe foi produzida nos seguintes termos:

Horrorizado pela demagogia crescente do Poder Legislativo e verificando os maus rumos da campanha de sucessão presidencial, em 1937, no dia 10 de novembro, Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição, criando, nesse dia predestinado, o Estado Novo. O Brasil ingressava numa nova fase, perfeitamente adequada aos interesses nacionais. ... O Estado Novo nasceu com o prestígio das forças de terra e mar e logo a opinião pública ratificou por completo o gesto de Getúlio Vargas. No próprio 10 de novembro o povo ouviu a palavra do Presidente através do microfone e, de norte a sul, todo o Brasil não teve senão uma exclamação de júbilo e de regozijo. (p.83-6)

Esse texto explicativo do advento do Estado Novo vinha acompanhado de ilustrações que mostram, numa página, em primeiro plano, a figura do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e, no plano de fundo, tanques de guerra. Em outra página

aparece Vargas sorridente entre um grupo de homens, também sorrindo. A legenda explica que "em viagens pelo interior do Brasil, o Presidente pôde avaliar o contentamento com que o novo regime do Governo havia sido recebido em toda terra brasileira".

Nas obras referentes a Getúlio Vargas ou ao Estado Novo, a ênfase na afetividade era discreta e raramente se empregava o termo *paixão* nas mensagens de propaganda do novo regime: quando aparece, tem sentido pejorativo. Leão Machado, ao descrever a situação do país às vésperas do golpe, afirmou:

caminhava pelo país a mentira organizada, disseminavam-se largamente os fermentos da malquerença, de prevenção, de ódio mesmo, criando aquele característico ambiente de *paixões em ebulição*, que determina as grandes convulsões sociais, as guerras, todas as calamidades que o homem pode desencadear nas coletividades por sua própria iniciativa. E de um ambiente de *paixões* e de *paixões envenenadas*, somente há de sair as coisas piores que existem. ... O país estava profundamente agitado, dividido e cheio de *paixões*. (Machado, 1942, p.125-7 e 131, grifos meus)

O autor referia-se ao perigo de uma guerra civil que foi evitada graças ao golpe. Nesse caso, a referência às paixões justifica a necessidade de uma intervenção política pela força.

A associação "paixão e guerra" já fora estabelecida anteriormente pelo autor, relacionada ao movimento de 1932: "A elevadíssima temperatura *das paixões* obnubilou os espíritos e poucos foram os que conseguiram enxergar claramente a fundura do despenhadeiro para onde São Paulo resvalava..." (ibidem, p.85). O movimento armado de oposição à política varguista era desqualificado como oriundo de sentimentos/emocões. A racionalidade, implicitamente, situa-se do lado do poder que controlou as paixões paulistas. Cabe lembrar que no imaginário coletivo paixão se associa a loucura, e razão, a sensatez, a equilíbrio emocional. O poder usa a razão para controlar a paixão das massas.

O termo *amor*, sentimento equilibrado, era empregado em oposição a *paixão* e aparecia, com frequência, nas mensagens de propa-

ganda e nas obras laudatórias do regime e de seu chefe. Referindo-se a Getúlio Vargas, Alvinar Silva (1939) afirmou: "O seu amor à Pátria é alguma coisa da crença que alumina e não da *paixão* que cega" (p.55, grifos meus). Nesse texto, o amor aparece associado a luz, e a paixão, a trevas. Mais à frente, o autor comemora o sucesso do golpe de 1937, demonstrando alívio:

Todas as tragédias passaram. Os ventos maus que tornam ríspidos os mares serenos, que derrubam árvores das estradas, já passaram. E passaram de vez as nuvens negras, que ameaçavam trovoadas e tempestades bravias. O céu é azul. O sol, risonho e claro, batiza de luz a imensidão infinita da Pátria sempre amada. A paz e a calma imperam porque a época é propícia.

E, com a frase de Ronald de Carvalho, concluiu: "Chegamos, afinal, ao nosso momento! E vamos vivê-lo. Vivê-lo com amor e intensidade pelo bem do Brasil e do seu povo que é o nosso próprio bem" (ibidem, p.97).

A contenção das paixões políticas passava pela contenção do discurso. Segundo Pierre Ansart (1983, p.79), o controle sobre as palavras constitui uma forma de poder e um de seus instrumentos.

No livro *Getúlio Vargas para crianças*, explicou-se para elas que o presidente reconstruía o Brasil "com serenidade, calma, patriotismo e constância".

As mensagens estadonovistas davam enorme destaque à "generosidade" do chefe da Nação. Tanto os livros para crianças como os textos destinados aos adultos enfatizavam esse traço de personalidade do líder. O "pai dos pobres" generosamente atendia às reivindicações dos necessitados e os protegia. Luiz Vieira (1951, p.64) afirmava que, na ajuda aos pobres, Getúlio Vargas seguia as lições do Nazareno: "Dai aos pobres, perdoai aos vossos inimigos, que o vosso coração se eleva a Deus... Quem melhor que nós sabe que Getúlio Vargas prega e pratica esse mandamento do meigo Jesus!". A generosidade, base da ideologia da outorga, era acentuada como um sentimento humano e cristão próprio do caráter do presidente.

Como esclarece Pierre Ansart (1983, p.78), cada sistema político comporta um sistema passional específico. Na política de massas, a "generosidade" em relação aos dominados é uma norma absoluta; ela se opõe a uma ideologia aristocrática para a qual uma atitude dessa natureza é interpretada como um sinal de evidente fraqueza.

No Estado Novo, incentivou-se o sentimento de agregação e pertencimento a uma terra grandiosa e farta, o que deveria produzir orgulho nos seus filhos. O sentimento de identidade também se reforçava pela associação do Brasil (Estado, Pátria, Nação) com a família. A força afetiva dessas imagens associadas fica evidente na lição 3, do livro *O Brasil é bom*:

Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Realmente, é uma grande família feliz. Uma família é feliz quando há paz no lar. Quando os seus membros não brigam. Quando não reina a discórdia... O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, o chefe da grande família nacional. O chefe da grande família feliz... Getúlio Vargas é um homem que sorri. Sorri porque tem confiança no Brasil. Todos os brasileiros devem ter confiança no Brasil. Getúlio Vargas é o chefe nacional pela vontade do povo brasileiro.

Amor, paz, felicidade, generosidade, concórdia e alegria compõem a estrutura afetiva que se organiza em torno do todo harmônico representado no texto. O Estado Novo estimulou sentimentos dessa natureza na busca de conformação da identidade nacional coletiva.

No peronismo, os sentimentos produzidos em torno desse tipo de identidade foram muito mais intensos e exaltados. Eles perceberam seu movimento como uma "revolução nacional" e os antiperonistas acreditaram ver nas manifestações peronistas uma "segunda queda da Bastilha". A inexistência de luta armada não impediu que as mudanças fossem indicadas e sentidas como revolucionárias porque alteraram, de forma muito significativa, não só o estilo da política, mas também o cotidiano da população. O sentimento de mudança foi mais forte na Argentina porque as medidas redistributivistas deram aos assalariados a impressão de serem os novos privilegiados. O que se ilustra bem pela frase de Eva Perón: "Durante um século

os privilegiados foram os que exploraram a classe trabalhadora. A justiça exige agora que durante um século os privilegiados sejam os trabalhadores" (Quattrochi-Woisson, 1992, p.252).

A introdução do direito trabalhista no Brasil, embora não tenha sido acompanhada de significativa melhoria das condições de vida, também alterou as sensibilidades: as classes populares pela primeira vez sentiam-se presentes na cena da história.

Mas a forma de implementação da política de massas no varguismo e no peronismo explica por que o termômetro político argentino acusava temperatura mais elevada do que o brasileiro à época do Estado Novo.

A mobilização popular do 17 de outubro de 1945 permitiu que o acontecimento fosse explorado por meio de imagens carregadas de emotividade. Na construção da memória peronista o acontecimento foi marcado pela "presença de uma multidão que, num entusiasmo delirante, lotou a Praça de Maio, exigindo a libertação do Coronel". Na memória dos adversários, essa gente "pouco recomendável" foi vista como reencarnação da "montonera", as massas de gaúchos que seguiam os caudillos nas guerras civis do século XIX. A velha disputa reaparece. Os atores mudam, os nomes também, mas dicotomias persistem e a luta que se desencadeia no campo simbólico define a nova nacionalidade, sempre construída com base em oposições. A nação argentina, nesse momento, como antes, "é resultado de uma subtração: a Argentina somos nós!... e não vós!", afirma Diana Quattrochi-Woisson (ibidem, p.252-3).

A consolidação do peronismo como força política cindiu a sociedade argentina ao meio, produzindo sentimentos conflitantes. A polarização entre peronistas e antiperonistas começou na campanha eleitoral que deu início à batalha de símbolos: a União Democrática tinha por divisa "Pela liberdade e contra o nazismo" e a multidão cantava a *Marseillaise*, agitava bandeiras argentinas e faixas com retratos de Sarmiento, Mitre e de Roque Sáenz Peña (ex-presidente, autor da lei de sufrágio universal). De repente, um grave incidente ocorreu: disparo de tiros e quatro mortos (um do Partido Socialista, um do Partido Comunista e dois membros do Partido Radical).

Diz-se que os provocadores gritavam "Viva Rosas! Viva Perón!" e "Morte aos judeus!".

A participação na campanha do ex-embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires (na ocasião, secretário de departamento do Estado), Spruille Braden, fez os ânimos se exaltarem ainda mais: Braden comunicou aos embaixadores sul-americanos em Washington a existência de um relatório de 86 páginas chamado "Livro Azul" contendo documentos que demonstravam a cumplicidade do governo militar argentino, e em particular de Perón, com o "Terceiro Reich". O conteúdo do livro tornou-se público por meio da imprensa argentina. Perón aproveitou a ingerência norte-americana para apelar, com toda ênfase, à "solidariedade nacional". O antiumperialismo encontrou aí uma ocasião magnífica para se manifestar. Perón, no discurso de encerramento de sua campanha eleitoral, concluiu com uma fórmula proposta à escolha do povo: "Braden ou Perón". O desfecho fez sucesso: a União Democrática passou a ser identificada com o imperialismo, na figura de Braden, e o "Livro Azul" passou a ser chamado de "Livro Branco e Azul", as cores da bandeira argentina, símbolo da nação agredida que precisava de defesa.

A União Democrática (composta pelos partidos: Radical, Socialista, Comunista, Democrata Progressista e Conservador, com apoio da União Industrial e da Sociedade Rural) apelou para a luta contra o "nazi-peronismo", por meio do voto em prol da liberdade e da democracia contra Perón, representante da ditadura, comparado a Hitler e Rosas. A candidatura de Perón era sustentada por um conjunto heterogêneo de forças que lutavam contra "os inimigos da nacionalidade".

O presidente eleito interpretou sua vitória como sinal de recuperação das qualidades nacionais perdidas, mas profundamente enraizadas na personalidade do país. No discurso da vitória, afirmou:

Nos retornamos ao que é nosso, à essência íntima da nossa alma que foi desfigurada à força de se querer dotá-la de uma "personalidade distinguida" ... à força de assimilar culturas estrangeiras, nossa alma perdeu suas características próprias... E com a nossa alma reencontra-

da, retornaram as manifestações ingênuas e espontâneas das multidões; dessas massas que, nas horas sombrias da pátria, tiveram uma visão clara do futuro e a intuição do caminho que as levaria à realização de seus destinos. (Perón, 1946, apud Quattrocchi-Woisson, 1992, p.255-6)

A nacionalidade e a reformulação da identidade nacional tornaram-se, desde então, prioridade: viver a Argentina sentir-se argentino, produzir e consumir coisas argentinas, tudo isso se tornou moda. Recusando o modelo cosmopolita que gozava de grande prestígio, a reformulação propunha a busca da marca de “origem” trazida pelas massas. A presença delas na cena política era apresentada como uma garantia da “argentinidade autêntica”. A nova identidade nacional coletiva tinha o caráter das multidões: ela era tumultuada e se distanciava fortemente do passado recente, dos homens políticos tradicionais e solenes, dos jornais clássicos e de seu estilo intelectual, rígido e formal. Essa nova argentinidade era insolente, emotiva e primária, na visão dos adversários.

Um deputado opositor usou a expressão “aluvião zoológico” ao se referir às massas peronistas. Sua presença na esfera pública aterrorizava a “boa sociedade” e suas boas maneiras (idem).

Do lado peronista estimulava-se o amor à pátria, identificada, em termos simbólicos, com a família. A relação pátria e família foi reforçada em muitas mensagens, como a que diz:

Quem não ama profundamente sua mãe não poderá sentir afeito em relação à mãe comum: a Pátria. Quem não honra seu pai não saberá honrar aos próceres que forjaram a Nação. Quem não ajuda generosamente a seus irmãos e parentes não pode socorrer a seus compatriotas. A família é como uma semente que germina, enraíza fortemente, tornando-se tronco e galhos frondosos, floresce e se prodigaliza em copioso e saboroso fruto. Amemos e respeitemos a esta sementinha, a família, na qual se origina a Nação. Quem ama a sua família a torna forte e respeitável. Da união de famílias fortes e respeitáveis nasce a nação grande, poderosa e digna. (Gillone, 1954, p.23)

Como no caso do Brasil, a imagem da família se associa à Nação/Estado/Pátria. A identidade nacional coletiva estrutura-se em torno desse

eixo de união e de harmonia. Mas enquanto no Estado Novo brasileiro o todo harmônico era visto como produto da “generosa criação do Chefe de Estado – Getúlio Vargas”, na Argentina Manuel Gálvez procurou mostrar, no livro *El uno y la multitud*, que a identidade nacional no peronismo se forjou em meio a um “turbilhão de paixões”.

Começou o ano de 1945, um dos mais transcendentes e agitados de nossa história. Anos de ódios, que vinham se acumulando desde o início da Segunda Guerra Mundial e cuja iminente ferocidade havia se anunciado no transcurso do 44. Ano trágico, de permanente violência, ainda que não de sangue, mas parecendo ressuscitar velhos e ardentes rancores entre federalistas e unitários. Ano de muitas calúnias, de pétua angústia e inquietude, de ameaças, de divisões nas famílias, de iradas palavras entre os amigos íntimos de ontem. Ano de inferno, de vida impossível, desagradável, histérica, raivosa...

Gervasio Claraval, do austero observatório de sua neutralidade, buscada e trabalhada, via a gigantesca luta de homens e paixões, de interesses, de esperanças, de corações vingativos, de almas enlouquecidas pelo ódio... (Gálvez, 1955, p.181)

O texto retrata os conflitos de identidade produzidos na sociedade argentina a partir do 17 de outubro de 1945. O personagem Claraval, uma espécie de alter ego do autor, expressa suas próprias angústias em face das transformações que ocorreram na sociedade argentina a partir do advento do movimento peronista. Gálvez era engajado no movimento nacionalista católico de extrema direita e aderiu ao peronismo por se identificar com sua política de justiça social.

A história se inicia no período que antecede o golpe de 1943 e se encerra em 1945, logo após a vitória do movimento de 17 de outubro. O autor retrata bem as inquietações da época e a questão-chave que orienta o enredo é o conflito que se desenrola entre o “eu individual” e o “eu coletivo”. O conflito que atormenta Claraval diz respeito à sua formação liberal, que privilegia o individualismo, e à sua participação como espectador atento do movimento de massas que deu origem ao peronismo. Suas dúvidas giram em torno da relação indivíduo/multidão: o personagem vive intensamente a angústia da

divisão entre o ser uno e o ser coletivo. Sua formação o impelia ao recolhimento no eu individual, mas a vida na cidade grande não o permitia, sobretudo naquele momento, ignorar a presença da multidão. Sente diante dela temor e fascínio; às vezes chega a desejar “submergir nas ondas humanas”. No dia 17 de outubro, o conflito atinge seu ápice.

O relato desse episódio é perpassado pela descrição de fortes emoções que acompanham a decisão do personagem. A descrição do movimento de 17 de outubro permite refletir sobre as temporalidades particulares da História. As precipitações dos acontecimentos (dias, horas) que ocorreram num período de mudança de identidade aceleraram o processo. A narrativa de Gálvez expressa muito bem esse momento como característico de uma temporalidade particular.

“Nesse dia surgiu algo muito grande”, diz o narrador: “Amado por uns e odiado por outros”, mas indiscutivelmente muito grande, princípio de uma revolução social: o verdadeiro levante das massas.

Claraval confessa seu medo à mulher; explica que as revoluções sociais são perigosas e evoca o exemplo das revoluções russa e mexicana. Teme que na Argentina também seja sangrenta. Mas seus temores não se concretizam, comenta o narrador, que enfatiza o caráter pacífico do movimento em prol de Perón. Pelo rádio o personagem interirou-se do “despertar das massas” e, nesse instante, a atração pelo espetáculo sobrepujou o medo que determinava seu recolhimento no espaço privado do lar. Sai às ruas e penetra no movimento de massas (Gálvez, 1955, p.250-3).

Essa decisão simboliza a vitória do coletivo sobre o individual, o que implica a formação de uma identidade nacional em outras bases. A narrativa revela de que maneira um dia especial pode alterar, acelerando, os sentimentos. Essas alterações imprimem um ritmo particular ao processo de mudança histórica (Ansart, 1983).

A descrição dessa experiência permite apontar uma diferença significativa em relação à gestação de novas sensibilidades políticas no Estado Novo e no peronismo. A formação de uma nova estrutura afetiva no regime brasileiro ocorreu como *affair* do Estado que, por seus mecanismos de propaganda, procurou controlar a manifestação

de emoções, impedindo a expressão de sentimentos contrários ao poder. Na Argentina, o movimento peronista formou-se de maneira espontânea e os sentimentos, nesse período inicial, afloram sem controle. Uma vez no poder, a atuação do peronismo aproximou-se da experiência brasileira no que se refere ao direcionamento das emoções por meio de aparelhos do Estado. Mas o fato de ser apoiado por um movimento de massas continuou imprimindo particularidade ao caso argentino: embora a estrutura afetiva fosse da mesma natureza no que se refere ao controle político, na Argentina houve uma inflação de mensagens emocionais e a produção de sentimentos foi muito mais intensa do que no Brasil do Estado Novo.

Na imprensa (jornais e revistas) argentina abundam os vocábulos que exprimem sentimentos. A diferenciação do *antes* e do *depois* caracteriza grande parte das mensagens. O artigo “Pedagogia de la alegría”, relacionado à “nova Argentina”, exemplifica a emotividade presente até nos relatos de eventos comuns, como uma festa de encerramento do ano letivo numa modesta escola de um bairro distante. O evento deu ensejo a que o articulista comparasse a “escola racionalista” de antes, baseada na “pedagogia do tédio e da tristeza”, com a “escola peronista”, baseada na “pedagogia da alegria”. A essa oposição, seguem-se outras referências antitéticas correspondentes ao *antes* e ao *depois*: pessimismo x otimismo, razão x sentimento, privado x público, tristeza x alegria, inércia x trabalho (*Argentina*, ano II, n. 12, 1950, p. 1).

Por toda parte, a propaganda peronista inculcava otimismo e crença no porvir.

Retomando a comparação do varguismo e do peronismo no que se refere à produção de imagens, constata-se que, também nesse campo, a experiência peronista foi muito mais intensa e significativa. O material propagandístico na Argentina dessa época é mais numeroso e diversificado que no Brasil: a quantidade maior de jornais, revistas, textos literários, cartazes, folhetos, panfletos, álbuns comemorativos, veiculados expressamente com fins propagandistas, atesta essa diferença.

O álbum comemorativo do movimento peronista, intitulado *La nación argentina. Publicación especial conmemorativa*, publicado em

1950, contendo 805 páginas, expressa bem a profusão de imagens produzidas nesse regime. Composto de desenhos, mapas, dados estatísticos, cifras, entremeados de símbolos do peronismo, palavras de ordem, frases do líder e textos, o álbum constitui uma amostra significativa da propaganda. Em muitas páginas decantam-se a felicidade e a alegria advindas das transformações realizadas com o máximo esforço pelo chefe e a colaboração de um povo "agigantado por uma grande esperança". A plenitude de um povo feliz se devia a "concordia, justiça, trabalho e prosperidade" promovidos pelo novo governo.

As representações contidas no álbum, por um lado, insistiam nos feitos de Perón e na gratidão popular pelos benefícios conseguidos, e, por outro lado, incentivavam o ódio aos adversários.

A diferença em relação às formas de expressão dos sentimentos também se revela nas imagens produzidas para comemorar as realizações dos regimes. Enquanto no Brasil eram comemoradas, sobretudo, as realizações materiais ligadas geralmente ao desenvolvimento econômico, na Argentina a ênfase recaía nas realizações sociais, como já foi dito anteriormente.

A idealização de álbuns comemorativos retrata bem as características específicas das propagandas varguista e peronista.

No Estado Novo fora programada a feitura de um álbum semelhante ao que foi produzido posteriormente na Argentina. Ele deveria ter sido publicado em 1940, para comemorar o décimo aniversário do governo Vargas, mas a obra não se completou. Como a publicação argentina, o livro comemorativo do varguismo foi projetado para documentar as realizações governamentais, sempre levando em conta a comparação entre a situação atual e a anterior. Na obra argentina, há constantes referências ao *ayer*, *hoy y mañana*; na brasileira pretendia-se contrastar as realizações do projeto nacionalista de 1930 com a situação de desunião e desordem provocada pelo modelo liberal da Primeira República.

Aline Lopes de Lacerda teve acesso ao *layout* da obra e analisou alguns aspectos importantes do que seu organizador, o ministro Crustavo Capanema, denominou *A obra getuliana*. As imagens solicitadas para a composição do livro deveriam representar o progresso das

diferentes regiões. "Poderia ser fotografado tudo, menos a miséria", comentou o fotógrafo Hees, que participou do projeto.

O material foi organizado por temas. O que se referia à produção deveria contar com a maior quantidade de imagens (122 fotos); nelas, a industrialização apareceria relacionada à ideia de progresso, constituindo o fio condutor de outros temas do livro como "trabalho", "Exército", "comunicações". A maquinária seria figura-chave nas referências à produção urbana e rural. Em várias fotos produzidas com essa finalidade, o elemento humano está presente, mas de forma muito nuançada, às vezes como parte de uma engrenagem. Mesmo no tema "trabalho", em que o elo da leitura da mensagem é a figura do trabalhador, o operário divide, igualmente, o espaço com as máquinas e ferramentas (Lopes de Lacerda, 1994). A ênfase recai na construção de obras materiais, contrastando com o álbum argentino, no qual as figuras humanas são amplamente retratadas e associadas à política de "justiça social".

No álbum argentino (e em muitos outros instrumentos de propaganda), a preocupação em salientar as realizações relativas ao progresso econômico também é significativa, mas as imagens sobre as ações do governo no campo social são predominantes: política trabalhista, legislação social com obras de cunho assistencial, muitas delas realizadas por iniciativa da primeira-dama. O regime criou a Fundação Eva Perón com essa finalidade, e a propaganda dava enorme destaque às atividades dessa instituição.

A comparação das imagens é reveladora de duas posturas distintas. O Estado Novo, dando continuidade a uma preocupação que surgiu na década de 1920, de procurar conhecer o Brasil para identificar seus problemas, realizou esforços no sentido de mapear o país, retratá-lo, documentá-lo, fotografá-lo. Essa perspectiva "realista", ou seja, de busca de conhecimento do "Brasil real" para contrapor-lo ao "Brasil ideal", "inventado" e "imitado" pelas elites anteriores, explica a predominância das fotos em relação a outro tipo de imagem. As atividades do novo governo eram, então, documentadas, mapeadas, fotografadas e transformadas em material de propaganda para dar conhecimento ao povo da operosidade do

Estado em relação ao progresso material, meta primeira da política estadonovista.

A política peronista que produziu uma propaganda mais voltada para a representação humana divulgou mensagens carregadas de sentido metafórico e alegórico para enaltecer os valores da doutrina justicialista (ver ilustração na p. 165).

Os objetivos e prioridades distintos explicam essa diferença de representação no varguismo e no peronismo, ou seja, a moderação de sentimentos no Brasil e sua exaltação na Argentina. As particularidades são perceptíveis, inclusive, na caracterização da figura do chefe da nação.

Vargas, embora se apresentasse nas fotografias sempre sorrindo (por isso recebeu o epíteto de "Presidente sorriso"), era descrito, por seus biógrafos, como uma personalidade que se destacava por autenticidade, austeridade, moderação, equilíbrio, bom senso; esses traços não se coadunam com a exaltação de sentimentos. Já na Argentina, Eva e Perón eram constantemente homenageados como produtores da alegria e da felicidade do povo.

Leopoldo Perez, referindo-se à popularidade do presidente Vargas, enfatizou sua discrição, sua calma e sua energia:

O povo ama nele a sua simplicidade, sua habilidade e sua coragem... Nos momentos mais graves, o povo aguarda serenamente a solução que ele dita... Getúlio Vargas chegou a encarnar para o povo brasileiro o mito do bom senso... Uma-se a isso, a sua capacidade para reconciliar-se, para desarmar o adversário, para conseguir a colaboração. É uma obra de prestidigitação explicável pela tolerância do brasileiro e pela simpatia que inspiram todos os atos desse revolucionário sem violência. Sabe somar e parece que não leva à contabilidade os agravos. Entendeu sobre o país uma grande calma propícia ao trabalho. (Perez, 1944, p. 187-8)

O golpe de 1937, a Constituição outorgada e todas as demais mudanças produzidas pelo alto, sem participação popular, estariam, segundo as considerações do autor, adequadas ao "caráter" do povo brasileiro. As imagens tipificadoras desse caráter (tolerância, serenidade, conciliação, pacifismo) ajudaram a construir os mitos da polí-

tica brasileira como o das "revoluções sem sangue"; no contexto do Estado Novo eles foram reproduzidos para justificar o poder oriundo de um golpe.

As formulações de natureza romântica, de um sentimento feminino, passivo, que caracterizaria a sociedade brasileira, constituem parte integrante da história política brasileira num período de longa duração: tais imagens são rearticuladas sempre que a conjuntura política delas necessita para legitimar medidas autoritárias, impostas de cima, como no caso específico do Estado Novo. Seu encadeamento tem um sentido político preciso: sugere a "predicação da passividade do povo". A base popular é vista como objeto sem autonomia, sendo sua existência política doada pelo Estado. A sociedade brasileira é marcada por representações de passividade, receptividade, o que faz supor a concórdia preestabelecida do povo em face das transformações promovidas pela simbiose do Estado e das elites intelectuais e políticas (Romano, 1979, p. 135).

Representações desse tipo se prestaram à legitimação do novo poder que se propôs a incorporar as massas consideradas "inorgânicas" e, portanto, incapazes de participar da política; elas eram controladas pelos aparelhos do Estado, entre eles o da propaganda que induzia à moderação de sentimentos e ao controle das paixões.

Segundo o ministro Marcondes Filho, Vargas, "o estadista providencial", penetrara na alma brasileira com a "mansidão de um luar e depois clareou como a madrugada, até que se fez dia claro e sereno... Integrou-se na confiança do país pela serena e corajosa perseverança com que entendeu, atravessou e venceu os acontecimentos..." (Marcondes Filho, 1941, p. 26).

Avilmar Silva considerou que, depois do golpe, o povo pôde manifestar sua satisfação:

acordam-se os primeiros entusiasmos sadios do povo brasileiro... A atitude popular, por toda parte, é a mesma: a do desejo satisfeito. Podem essas massas ser ignorantes, analfabetas, mas têm o instinto personíssimo, o conhecimento certo de que algo grande se passa no Brasil... As almas se desoprimiram e os corações estão leves e sensíveis. Não há aquela carranca de aborrecimentos e angústias... O regime é autoritário,

mas não é escravocrata. A liberdade espiritual ganhou muito mais. (A. Silva, 1939, p.94)

No Estado Novo brasileiro, o povo que "dormia eternamente em berço esplêndido", como canta o hino nacional, despertou, lentamente, e foi convidado a manifestar sua alegria, sua satisfação e seu entusiasmo, com a moderação que a situação comportava. A política de exclusão das massas e de impedimento de participação, que tipifica a história republicana, ganhou legitimidade institucional no Estado Novo. Segundo Avilmar Silva (ibidem), a contrapartida à perda da liberdade civil foi o ganho da liberdade espiritual. Esta permitia amar, com devoção, o líder/chefe e a nação brasileira que ele representava.

A menor carga de emotividade expressa na propaganda estadonovista, em comparação com a peronista, pode ser explicada também pela impossibilidade de participação política durante o Estado Novo. No peronismo, as paixões eram estimuladas porque as mensagens se dirigiam às massas populares que apoiavam o regime. Perón tornou-se líder político por meio das massas e delas dependeu, durante todo o seu governo, para fazer frente às oposições e manter-se no poder. A mobilização política contida nos limites de um Estado autoritário que caracterizou o Estado Novo e a mobilização controlada das massas pela liderança peronista constituem, a meu ver, a diferença mais significativa entre essas duas experiências de política de massas. As particularidades na produção de imagens e de sentimentos traduzem essa diferença. Ela se expressa, também, na construção da imagem da relação líder/massas.

Líder e massas no imaginário varguista e no peronista

O papel do líder e sua relação com as massas constituem uma das características mais marcantes na política de massas. As mensagens propagandísticas indicavam que a tarefa do chefe era proteger as massas, cabendo a elas venerá-lo e apoiá-lo.

Elias Canetti (1995) desvenda os múltiplos papéis e significados da relação líder/massa. Retomando as análises de Gustave Le Bon, mas com pressupostos bem distintos, mostra como as massas reagem à pregação doutrinária e analisa, em situações diversas, o ato de mandar e obedecer; reflete sobre os múltiplos significados da ordem e sobre o medo que ela provoca em quem a envia e a reação dos que a recebem. Como sua preocupação com essa temática surgiu da observação do fenômeno da adesão das massas populares ao nazismo, seus ensaios ajudam a compreender melhor a adesão das massas ao varguismo e ao peronismo.

Inúmeros textos de diferentes tipos foram escritos para enaltecer as figuras de Vargas e de Perón. Neles, a imagem do chefe era delineada com base em atributos altamente positivos que o transformavam num ser especial, predeterminado para a missão redentora que o seu tempo lhe reservara. A inspiração nazista é evidente na construção das imagens que apresentam o chefe numa posição de destaque (no centro ou no alto, em tamanho grande, contrastando com a representação da massa, situada num plano inferior em relação ao chefe e em dimensão reduzida). Canetti discorre sobre "as posições do homem e do poder que contém", mostrando como o estar em pé causa impressão de energia, de estar em movimento. Algum postado sozinho, diante de muitos ou cercado por eles, parecerá particularmente alto (Canetti, 1995, p.388). Estar em pé e no alto em relação ao povo sugere superioridade e poder.

O líder, condutor das massas, tem de se destacar pelo carisma e pelo dom da oratória. É nessa perspectiva que Richard Sennett (1988) o identifica com o ator. O ator político expressa sentimentos e provoca emoções. Referindo-se a Lamartine, já mencionado em capítulo anterior, o autor relaciona o poeta romântico que se dirigia aos trabalhadores franceses conseguindo torná-los passivos, como os líderes políticos contemporâneos que procuram se mostrar reais expressando seus sentimentos mais banais e se deixando ver na sua intimidade. Richard Nixon é o exemplo. Segundo Sennett, o que fez do escândalo de Watergate algo tão interessante não foi o fato de o presidente ter mentido em público, mas o fato de que cada uma das mentiras sobre

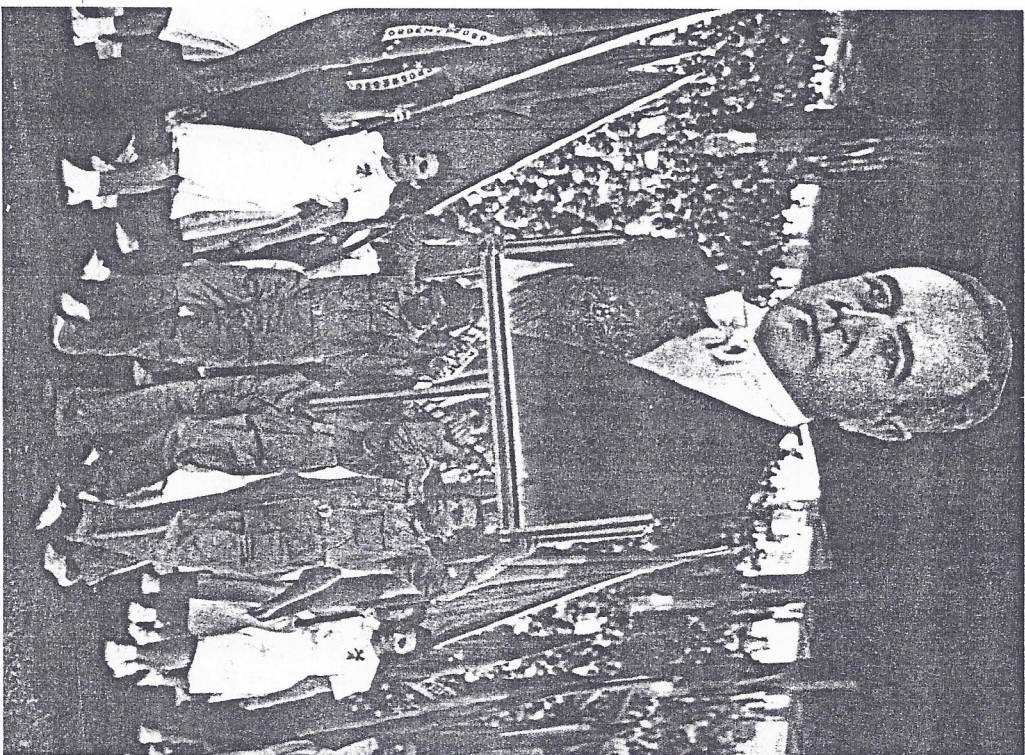


Figura 19 – Dia do Trabalho, Rio de Janeiro, 1942 (Nosso Século, n.23, capa).



Figura 20 – Ilustração do livro *Justicialismo* (p.185).

os fatos estava rodeada de afirmações vigorosas sobre seu senso de honra e suas boas intenções. Elas eram ditas em tom emocional. O autor comenta o exemplo de Perón quando relata à platéia de Buenos Aires que havia sido acusado de ter enviado US\$ 5 milhões para fora da Argentina. Imediatamente começou a falar sobre seu grande amor pelos trabalhadores da cidade, sua alegria de ir de tempos em tempos aos Pampas, sua ligação com a "idéia de Argentina", e começou a chorar. Não era necessário trazer à baila a questão menor dos US\$ 5 milhões, mas, por outro lado, essas lágrimas eram genuínas. Esses casos são representativos do imaginário do poder que é utilizado para disfarçar os fatos do poder pessoal (Sennett, 1988, p.343-4).

O ator político deve se apresentar em cena demonstrando possuir requisitos excepcionais. São necessários à caracterização dos "legítimos condutores do povo" e dos "autênticos chefes" os seguintes traços: força, coragem, magnanimidade, bondade, generosidade, perseverança, retidão de caráter, energia, clarividência, vontade, sabedoria, autoridade.

Ação desse homem excepcional é decisiva para "empolgar e conduzir os acontecimentos", dizia Leopoldo Pérez (1944), ao salientar as "virtudes que provocam a transmutação do homem em chefe, a ele atribuindo grandes feitos como o de garantir a integridade, segurança, unidade do país e defesa de seu patrimônio". Na visão do autor, Vargas operara o milagre de imprimir à nação "o sentido transcendente da sua força, da sua unidade e do seu destino... foi o domador do caos revolucionário, a encarnação suprema da ordem em meio à efervescência criadora da revolução". Essa individualidade que transcende a medida comum representava um divisor de tempos: existia um Brasil anterior e um Brasil posterior ao advento de Getúlio Vargas. No tempo de Vargas deu-se a consolidação da unidade material e espiritual e ele era apontado como o produtor dessa unidade.

A concretização da união e da ordem aparecia nos discursos propagandistas do Estado Novo como tarefa sobrenatural.

Só os homens seniduses, que nasceram para empreender obras espantosas e, não raro, mudar o curso da história, conseguiriam realizar tarefas

sobrenaturais. Os grandes chefes possuem o dom maravilhoso de previsão magnética dos fatos que háo de vir, o que lhes permite, paradoxalmente, recordar o futuro como se fosse passado e, pois, forjar os acontecimentos ao sabor de suas próprias volições. (Perez, 1944, p.15,18, 38-9)

Citando André Maurois, quando assegura que o grande homem conhece sua força e pode inventar o futuro, identificou Getúlio Vargas como um desses homens predestinados, que trouxeram do berço o signo permanente do triunfo (ibidem).

Luiz Vieira (1951, p.48) empenhou-se em fazer um estudo comparativo do grande engenheiro do Divino Mestre... com o humano engenheiro de Getúlio Vargas, o homem e o estadista do nosso tempo, predestinado por Deus para, na terra de Santa Cruz, prosseguir nos mesmos cometimentos do divino Rabi.

O poder místico e a identificação com o divino atrelavam o destino do homem-deus ao da pátria. Sua imagem mesclava-se à da pátria e é imortal; o destino desse homem era o destino mesmo do Brasil. A divinização do chefe insere-se no movimento de sacralização da política que caracteriza esses regimes, reforçando o exercício da dominação. Atribui-se ao chefe um poder de controle do tempo coletivo, de modificação do passado, transformação do presente e produção do futuro.

A imagem divinizada do líder era ainda mais forte na Argentina. Seu poder aí se reforça com a presença da figura feminina; o poder feminino associado à natureza purificadora e redentora da sociedade, tão bem representado pela primeira-dama Eva Perón, complementa o poder masculino, político, de salvador da pátria, encarnado no chefe do Estado, Juan Domingo Perón.

Perón também era identificado com Jesus e, seguindo seu exemplo, buscou seus amigos entre os pobres: os descamisados. Mais do que as palavras, a imagem que, a meu ver, bem descreve a representação do líder no imaginário peronista é a que ilustra a capa de um texto de leitura para terceiro grau intitulado *Mensaje de luz*: a representação do chefe aí aparece ao lado da esposa Eva, com quem compartilha o

poder divino de emanação da luz. Essas figuras iluminam, do alto, o povo/criança. Seu poder ultrapassa o da Igreja, figurada num plano abaixo: o facho de luz que deles emana irradia-se até o interior de um lar, evocando harmonia, proteção, bem-estar. A representação coaduna-se, perfeitamente, com a idéia da sociedade uma e harmônica tão disseminada no período (ver ilustrações nas p.90-1).

A exaltação do chefe nesse tipo de política tem um significado especial: ele se apresenta como defensor dos valores supremos, instrumento onisciente de sua realização, encarnação dos ideais nacionais e, por tudo isso, designado como objeto supremo do amor político. Ele acumula as duas características que Freud apontou na identificação do chefe: é, ao mesmo tempo, o ideal proposto a todos como substituto possível do Eu-ideal de cada um e, no plano sagrado, o ideal proposto à identificação afetiva. Como pólo de identificação e concentrador emocional, o chefe é, ao mesmo tempo, o senhor e o pólo central do amor coletivo (Ansart, 1983).

Além disso, a personalização do poder tem uma eficácia emocional e uma capacidade mobilizadora que explicam a importância atribuída ao líder na relação com as massas.

Os biógrafos de Vargas traçaram seu perfil psicológico insistindo na sua capacidade de entendimento e controle das massas. Entre os que se lançaram ao desafio de "devassar a alma do presidente", destaca-se Gastão Pereira da Silva, que escreveu *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões*. Reinterpretando a teoria psicanalítica de Freud de uma maneira muito particular, referia-se à alma da nação como ampliação da alma do indivíduo dessa nação. Insistiu na importância do laço afetivo na relação líder/massa e no domínio do chefe sobre a multidão, a exemplo do domínio do chefe da família sobre os demais membros.

O Brasil antes de Vargas, segundo o autor, era como uma família cujo chefe houvesse se ausentado durante largo tempo... voltando encontrou a família desorientada, filhos crescidos e indisciplinados, a força da coesão deixou de existir... Getúlio chegou e encontrou o inconsciente coletivo repleto de complexos. Primeiro, estudou esses

complexos da alma coletiva para, em seguida, agir no sentido de dissolvê-los... Entre 1930 e 1937 preparou um plano terapêutico de ação que se realizou a 10 de novembro de 1937. (Pereira da Silva, s.d., p.20-5)

Getúlio Vargas, o terapeuta do povo brasileiro, encontrara no inconsciente coletivo idéias heterogêneas, fruto da perversão política que causara discórdia no meio social. Tratou das doenças do organismo brasileiro: infiltração comunista (1935) e agressão integralista (1938). A questão social representava o outro complexo que o terapeuta teve de curar. Mussolini, Hitler, Salazar são indicados como exemplos de outros chefes terapeutas, grandes conhecedores da alma de seu povo.

A definição de Vargas como terapeuta do povo brasileiro remete-nos à imagem, muito disseminada no país, do povo enfermo (enfermo porque descendente de raças inferiores e também decorrência do descaso com a saúde por parte das autoridades do regime deposto). Essa imagem corresponde a outra, insistentemente repetida, desde o início do século: "o Brasil é um grande hospital"; elas poderiam ser completadas, nos anos 1930, a partir da referência a Vargas como terapeuta, da seguinte forma: "o Brasil é um grande hospital psiquiátrico", o que altera consideravelmente o significado da representação. No primeiro caso, as preocupações voltavam-se para as condições gerais de saúde e higiene, chamando a atenção para a necessidade de uma política de saneamento para extirpar as doenças endêmicas e evitar as epidemias. O significado político dessa proposta aparece no seu relacionamento com a questão social. Já a imagem do povo enfermo da alma enfatiza a incapacidade política de se auto-representar: o doente mental é um alienado, sem autonomia, não goza da maturidade que confere a posse dos direitos políticos. Legítima-se, dessa forma, o golpe de 1937: o povo brasileiro precisaria ser antes terapeutizado pelo líder para, no futuro, de posse de sua sanidade mental, adquirir o direito de participação política.

Vargas também foi definido como sociólogo por Luiz Vieira, autor do livro *Getúlio Vargas. Estadista e sociólogo*. Referindo-se aos inimigos do estadista que o chamavam de "ditador", esclareceu que o título

significava “ditador do coração de milhões de brasileiros sensatos”. Mas o autor preferia tratá-lo apenas como um “grande sociólogo que no Brasil surgiu para a felicidade do povo”. Era um grande sociólogo porque “teve a noção exata da sua época, conheceu a fundo a complicada engrenagem política que fazia mover a roda social em que se encontrava”. Comparando-o aos “eméritos sociólogos”, julgou-o melhor do que Augusto Comte, porque suas verdades eram mais humanas (Vieira, 1951, p.54).

Essas imagens do chefe como “psicólogo das multidões”, “sociólogo” sugerem um certo distanciamento dele em relação às massas. A tradição científica de análise da sociedade brasileira aqui se amplia com a presença da psicanálise que, aliada à sociologia, reforça a idéia de uma visão objetiva dos problemas do Brasil. O líder sociólogo/terapeuta relaciona-se com a massa como objeto. Nesse aspecto, também, o varguismo diferencia-se do peronismo, no qual a propaganda estimula a relação de Perón e Eva com a massa pelo lado afetivo, emocional.

A representação das massas conduzidas pelo líder

A literatura sobre o populismo insiste no fato de que o varguismo e o peronismo configuraram regimes que se caracterizaram pela presença das massas na política. Esse é um traço comum às experiências brasileira (1937-1945) e argentina (1946-1955). Mas o sentido da participação popular expreso nos discursos de propaganda atesta o desafio dos governantes nesse terreno. Para melhor entender essa problemática, cabe explorar algumas das imagens sobre as massas veiculadas pelo varguismo e pelo peronismo.

É importante frisar, inicialmente, a mudança de concepção sobre as massas ocorrida com o advento do peronismo.

Na construção da identidade nacional formulada pelo peronismo, as massas aparecem como *aliadas*, invertendo a posição de *inimigas* que ocuparam no ideário dos nacionalistas restauradores. Cabe verificar como se deu essa inversão.

Nos anos 30, os nacionalistas, na sua maioria de tendência católica, responsabilizavam o liberalismo como produtor desse monstro: as massas. Influenciados pelas idéias da direita nacionalista francesa, consideradas por Zeev Sternhell (1978) como precursoras do nazifascismo, preocupavam-se com o perigo das massas, invocando a presença de um líder forte para guiá-las no sentido da ordem, impedindo as ameaças de revolução.

O movimento da Reforma Universitária de 1918 foi interpretado como reprodução da Revolução Russa. A figura oculta dos *soviets* rondava entre os rebeldes, afirmavam os direitistas. O arcebispo de Córdoba interpretou o episódio como um dos aspectos da Revolução Mundial e conclamou os fiéis a orar para que a tormenta encarnada por “massas ressentidas, sem freios e por mendigos mal-agradecidos a seus benefiadores fosse contida” (Buckrucker, 1987, p.57).

O escritor Leopoldo Lugones propôs, na década de 20, que o perigo das massas fosse evitado com a intervenção do Exército, única salvação contra as revoltas do “populacho”. Era preciso “limpar o país” dos elementos perniciosos; a resolução da questão social passava pela expulsão dos agitadores estrangeiros que haviam penetrado na Argentina por meio das ondas imigratórias. Segundo o autor, chegara a “hora da espada”; a salvação nacional dependia dos militares que se caracterizavam pela vida disciplinada, pelo espírito hierárquico e pela capacidade de mando (*ibidem*, p.58-9).

Os nacionalistas restauradores admiravam as obras de Manuel Galvez; o escritor católico juntara-se a eles na década de 1930, momento em que o anticomunismo se impôs como questão importante na sociedade argentina.

Galvez tinha simpatia por Primo de Rivera, Mussolini e era adepto do franquismo contra os republicanos que “incendiaram igrejas e templos na Espanha”. Essas posições o identificavam com os nacionalistas restauradores, mas, no que se referia ao papel das massas, tinha uma posição particular. O autor recusava os movimentos de massa como os das revoluções mexicana e russa, mas, diferentemente de seus companheiros, não temia as massas e considerava seu papel relevante. Concordava que elas eram perigosas agindo espontanea-

mente, mas, orientadas por um guia que promovesse a justiça social, poderiam desempenhar uma função positiva na sociedade.

Seu livro *El uno y la multitud*, já mencionado, ilustra bem a transformação na concepção de massa dos nacionalistas para os peronistas.

O personagem Claraval, ao deparar com o movimento de massas do 17 de outubro, observou:

Em meio a essa luta vi o avanço das grandes massas proletárias, da entrada em ação de um homem novo, que não era o homem da simples multidão, de milhares de homens agregados uns aos outros, mas do homem que se sente formando parte da massa, que se move por um tremendo impulso para adiante, que tem a consciência de seu poder, de sua justiça, de seus direitos contra o privilégio. Não era o velho povo dos políticos liberais, mas a moderna massa revolucionária.

Comenta também que a multidão não se comportara como besta-fera como chegara a temer: "Eram revolucionários alegres que cumpriam sua obra rindo e cantando" (Galvez, 1955, p.255-6).

Aqui, as imagens das massas "bestas-feras", expressas no discurso dos nacionalistas que revelavam temor-pânico diante desse "monstro ameaçador da revolução", cedem lugar à imagem da massa peronista, "ordeira e pacífica". A presença do líder conferia segurança e legitimidade à "revolução social" de Perón.

No Estado Novo, a representação das massas ganha outro significado. A revolução brasileira era vista por Leão Machado como obra "sobre-humana" ou "milagre de um super-homem". O autor argumentava que o

povo geralmente não percebe a aproximação das revoluções. Somente os condutores iluminados logram enxergar e compreender a realidade dos fatos sociais, encaminhando, então, a solução dos problemas no sentido da modificação que estiver se operando. (Machado, 1942, p.204)

Getúlio Vargas era considerado um "gênio político" e como tal dera novo rumo à história do Brasil: "Em apenas dez anos, uma revolução

profundíssima, a maior e mais radical que já se completou". Em sentido do gênio, não pode ser compreendido pelos contemporâneos, pois o "gênio vive antecipadamente as idades do futuro" (ibidem, p.204).

Na Argentina, o papel do condutor também foi salientado. O periódico *Noticias Gráficas*, em 3 de junho de 1952, comentou que "a obra prodigiosa realizada por Perón em seis anos se resumia na criação de um país novo: "Argentina livre, justa, soberana... Todos os setores da sociedade foram transformados pelas virtudes de um gênio criativo".

O mérito das transformações produzidas nos dois países era imputado ao líder, gênio, condutor das massas. Os textos apologeticos afirmavam que o condutor buscava a unidade das massas por ele organizadas, eliminando as divisões. O povo, esclarecia Perón,

vale pelos dirigentes que tem à sua frente, porque a ação não é impulso-nada jamais nem pela massa nem pelo povo, mas pelos dirigentes que são os que conduzem. A massa vai para onde indicam seus dirigentes e senão se desborde e Deus me livrel (apud Ciria, 1983, p.76-7)

No que se refere ao papel do líder "condutor iluminado", havia identidade de concepção entre os varguistas e os peronistas. Mas o papel e o lugar das massas diferenciavam a relação líder/massas no Brasil e na Argentina.

No Brasil, não se enfatizavam as características positivas das massas. Assinalavam-se, apenas, as possibilidades de um bom ou mau comportamento das multidões:

elas podem ser ferozes, indiferentes, exaltadas, absurdas, capazes de cometer crimes, mas também podem ter gestos elevados e heróicos quando movidas por um ideal. Tudo depende de quem as conduz. (Pereira da Silva, s.d., p.67)

Novamente se afirma, aqui, a incapacidade de autonomia das massas; elas não têm vida própria, só existem por meio do líder, e sua participação/representação é, assim, anulada. Mas Vargas as ama e as compreende como um pai a seus filhos crianças – a imagem romântica do povo criança perpassa a concepção sobre as massas no varguismo.

Os biógrafos de Vargas insistiam na sua qualidade de líder iluminado:

Apaixonado pelo problema da multidão, ou seja, das classes trabalhadoras menos afortunadas, o líder brasileiro teve o senso luminoso humano da legislação social que outorgou aos trabalhadores brasileiros. (Perez, 1944, p. 192)

A referência à outorga reforça a imagem de justiça e generosidade do “patrono” e “guieiro” do Brasil. Além de apagar da memória coletiva as tradições de luta da classe trabalhadora e suas reivindicações de legislação social, esse tipo de propaganda visava legitimar a conduta do poder nesse terreno.

O governo peronista também estimulava tais sentimentos nas massas, mas o caráter participativo diferenciava as duas realidades. No Brasil, onde a Constituição cercava todas as liberdades políticas, Getúlio Vargas não precisava do apoio popular senão para legitimar o novo regime. Perón, ao contrário, dependia desse apoio no processo eleitoral.

A ausência de participação política do povo brasileiro foi justificada por Leão Machado. Mencionando o golpe de 1937, o autor referiu-se à atitude de um povo alheio e contemplativo, acrescentando:

o Golpe de 10 de Novembro de 1937, que dissolveu o Poder Legislativo, inaugurando uma nova ordem política no Brasil, foi bem recebido pelo povo, na verdade, então e sempre, quase indiferente às lutas político-partidárias. (Machado, 1942, p. 139)

O autor, no mesmo texto, indaga se a ausência de participação é um mal e responde:

O povo, desde que tenha paz e tranqüilidade e posse de seus direitos ... vive contente com qualquer regime político. Mesmo porque ao homem comum que trabalha para o seu próprio sustento é indiferente completamente, do ponto de vista prático, que o poder esteja nas mãos de A ou de B. (ibidem, p. 139 e 144)

Enquanto a propaganda peronista destacava a importância da presença das massas no processo de eleição do líder e a participação

popular nas questões de interesse nacional, a propaganda varguista justificava a indiferença popular invocando a tradicional passividade do povo brasileiro. Do “povo bestializado” da Proclamação da República ao “povo contemplativo” do Estado Novo, a mesma justificativa para a exclusão política se repete: o caráter do povo brasileiro é a explicação determinante desse processo.

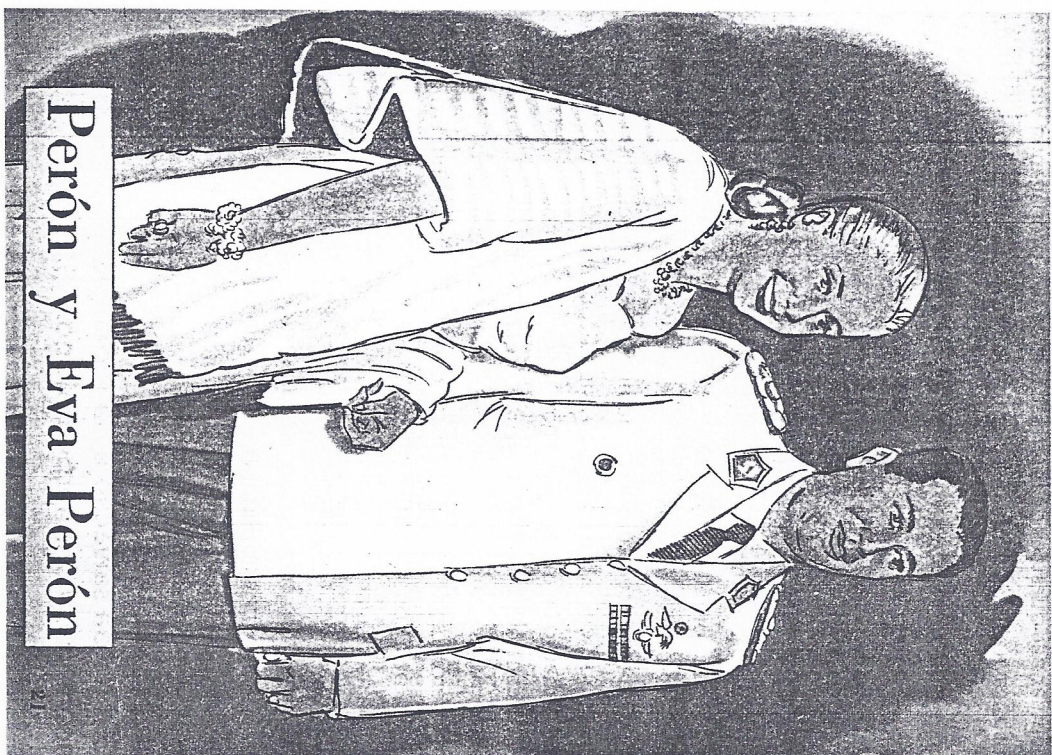
No que se refere ao papel atribuído às massas no varguismo e no peronismo pode-se concluir que enquanto o Estado Novo caracterizou-se pelo impedimento da representação política, o governo peronista contou com a participação popular para sua chegada ao poder. No entanto, o sucesso da política de Perón está relacionado à capacidade de controle dessa mobilização social pela liderança peronista, que, em última instância, significou um freio à possibilidade de formação de movimentos populares autônomos.

O controle do movimento social argentino explica-se, como vimos antes, pelos resultados positivos da política social posta em prática por Perón desde 1943. Mas esse controle se consolidou, em grande parte, pela construção de um imaginário que se fortaleceu com a sólida montagem do mito do casal líder Perón e Eva. A figura mítica de Vargas teve, e ainda tem, grande presença no imaginário político brasileiro. No entanto, quando analisados de forma comparativa, observa-se que a importância política do mito Eva/Perón sobrepõe amplamente o mito Vargas.

O mito da salvação e da redenção no varguismo e no peronismo

A Argentina teve o privilégio de ter Perón e Eva Perón na qualidade de “pais da pátria”. O livro de leitura escolar para terceiro grau exaltava essa paternidade:

Pátria minha! Alegra-te! O sonho de teus pais, a ambição mais nobre de suas almas se cumpriu. Um Condutor e uma nova Heroína, Juan Perón e Eva Perón, com vontade, energia e abnegação incomparáveis,

Figura 21 – Ilustrações do livro *Privilegiadas* (p. 21).

semearam as sementes maravilhosas da justiça, da honra e da liberdade que hoje germinam e frutificam no coração de todos os seus filhos. Por isso se vê, por todos os rincões do território, a legião argentina que trabalha com capacidade, amor e sincera devoção para consolidar a 'Grande Argentina' prometida por Perón. (Gillone, 1954, p. 1)

Eliseo Verón e Silvia Sigal (1986) mostram que, no início da construção da figura do líder (1943-1946), o militarismo era um traço marcante no discurso de Perón. Alguns fragmentos da fala do líder nessa época demonstram a presença de metáforas militares: "Sou um austero soldado que não tem ambições nem nunca terá" (15 out. 1944). "Sou um humilde soldado que cumpre com um dever imposto pela honra; e podem estar seguros que o melhor que pode existir em mim é a boa vontade" (12 ago. 1944). Nesses textos, esclarecem os autores, Perón apresenta-se como alguém que "chega de fora", de um exterior abstrato, extrapolítico: o quartel. O coronel observava de fora o que ocorria no país, até o momento em que se deu a passagem do quartel para o poder, marcando sua entrada na política. Os autores comentam que o papel político de Perón nunca foi explicitado porque, no discurso peronista, a política era vista como o lugar do conflito e o líder se apresentava como a possibilidade de "unificação harmoniosa do povo e da Pátria".

O "soldado" deixou o quartel e chegou ao Estado porque escutou o "clamor da sociedade". Diante da situação desoladora, afirmou Perón:

Enfrentamos o problema com decisão e com energia de soldados ... entendendo que a organização interna do exército está concebida com um autêntico sentido orgânico-social e é uma catedral exemplar de disciplina, de camaradagem, de patriotismo, de hierarquia e de respeito. (1^o maio, 1944)

A outra sociedade, que funcionava para além dos muros do quartel, representava a contra-imagem exata da sociedade ideal: fragmentada pelos políticos, nela reinavam a desintegração, a injustiça, os privilégios imerecidos, as prebendas. O soldado, chegando do

quartel, iniciou a obra de reorganização da sociedade desordenada. Em suma, chegar significava ocupar o lugar da "coisa pública" que se degradou pela ação dos políticos (Sigal e Verón, 1986).

Assim chegou na sociedade argentina o "salvador da pátria" que propôs a "redenção" do povo argentino: "Chego até vós para dizer que não estais sós em vossos desejos de redenção social" (12 fev. 1946).

A relação estabelecida pelo líder com as massas introduziu uma nova política, não exatamente nos termos esperados pelos nacionalistas restauradores que queriam a imposição de um programa baseado na autoridade, na hierarquia e na ordem. O peronismo pautou-se por esses princípios, mas, em vez de anular qualquer possibilidade de participação das massas, transformou-as em "parceiras" de sua política.

Perón constituiu um movimento em que o líder e as massas compunham o *nós* da identidade nacional coletiva. Sigal e Verón (idem) chamam a atenção para o lugar do *outro* no discurso peronista. Ao longo do processo de afirmação do movimento, o peronismo passou a ser identificado com a pátria e o antiperonista a representar a antipátria.

As representações dos aliados e dos inimigos eram feitas por analogias com sentido moral: os inimigos são definidos pela maldade, pelo engano, pela traição, pelo erro, pela mentira; os aliados são bons, verdadeiros, leais. Nesse campo do imaginário o bem luta contra o mal, que compõe uma "ordem das sombras": o inimigo é oculto, infiltra-se, opera na penumbra (Freitas Dutra, 1997).

Perón referiu-se à oposição como "as forças ocultas da má política, que indubitavelmente não podem ver com bons olhos que outros realizem com sinceridade e com lealdade o que os maus sentimentos não lhes permitiram realizar". Por outro lado, o *slogan* "para um peronista não há nada melhor que outro peronista" colocava-os do lado do bem.

O discurso peronista deixava implícito que, com o desenvolvimento e o triunfo final do movimento, esses seres "residuais", antiperonistas, identificados como "não-argentinos" e "antipátrias", estariam tendencialmente condenados à extinção. Quando os peronistas e os argentinos coincidiram completamente não haveria mais divisão na

sociedade. Essa reivindicação do coletivo mais amplo, peronistas = argentinos, mostra que o alvo da propaganda consistia na configuração de uma totalidade peronista, o que não ocorreu na sociedade argentina, em que a oposição marcou presença muito mais significativa do que no Brasil. Apesar da tentativa de eliminação do *outro* pela perseguição e pela repressão intensas contra os inimigos, os antiperonistas sobreviveram e combateram o regime até a derrocada final em 1955. A partir desse momento, a luta pela destruição do peronismo e de sua memória prosseguiu.

A oposição, no entanto, não impediu que o mito do "salvador" marcasse sua presença no imaginário político argentino. Esse mito só foi sobrepujado por um outro mais forte, o mito de Eva Perón, "redentora da Argentina".

Por um lado, o mito Eva complementou o do salvador: por outro, o sobrepujou. No resultado final, o somatório dos dois reforçou o imaginário peronista. A existência do casal Juan Domingo Perón e Eva Perón permitiu que a propaganda política construísse a representação masculina e feminina do poder.¹

O apelo ao salvador, que tinha a tarefa de livrar a sociedade das forças perniciosas, está presente nas duas situações, mas se diferencia não apenas pelas condições históricas, mas também pelas possibilidades oferecidas no presente. O peronismo beneficiou-se de uma circunstância favorável, ou seja, Eva Perón, *the right woman in the right place*.

Sua experiência como atriz a qualificava para representar muito bem o papel de "ator político" descrito por Sennett (1988). Além do poder da oratória ela tinha capacidade inigualável para provocar

1 Raul Girardet (1987) comenta que os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciavam muito dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. O autor identifica em sua obra quatro constelações mitológicas identificáveis no imaginário político contemporâneo: a Conspiração, o Salvador, a Idade de Ouro e a Unidade. Como a fluidez e a imprecisão de contornos caracterizam a construção mitológica, há um imbricamento e uma interpenetração entre eles, por vezes perdem-se um no outro. É o que se nota nos mitos criados pelas propagandas varguista e peronista.

emoção na platéia. Representou muito bem o papel de mártir e redentora da Argentina.

A redenção pelo poder feminino

As imagens idealizadas do feminino produzidas pelas representações masculinizantes da cultura ocidental prestam-se até hoje para justificar situações de exclusão e controle da mulher. No entanto, a representação feminina também pode assumir uma conotação política que implica relações de poder e formas de controle da sociedade. A construção do mito Eva Perón encerra um significado político nesse sentido.

As imagens contraditórias produzidas em torno da figura de Eva têm como núcleo comum a feminilidade ideal. O mito da "Redenção pelo Eterno Feminino", identificado por H. R. Jausss na obra de Goethe, constitui o ponto de partida para a tentativa de compreensão do ideal feminino expresso no mito peronista.

Tomando como modelo a *Santa Ágata*, de Rafael, a *Jfgenia*, de Goethe, representa uma natureza mais alta, redentora, capaz de fazer triunfar os direitos inatos da natureza feminina contra a realidade histórica dominada pela violência e pelas artimanhas masculinas. Nessa luta, a pureza feminina vence, pacificando a natureza.

No processo de tentativa de emancipação dos mitos, a *Jfgenia* de Goethe transformou-se num novo mito – o da feminilidade redentora e pura. Tornando-se deusa, santa, liberou-se de sua feminilidade obscura e inferior, transformando-se em sacerdotiza do "Eterno Feminino", representativa da alta política da humanidade diante de todas as máculas de um mundo entregue à astúcia e à força dos homens.

A redenção da humanidade pelo "Eterno Feminino" expressa a fé de Goethe no poder libertador de uma moral constrangedora que conduz à verdade. Mas, segundo Jausss, o poeta acabou provocando a inversão das Luzes em mitologia. Ao retrabalhar essa figura feminina, Goethe caminhou do destino mítico à viagem utópica rumo a uma sociedade ideal. Compartilhando do sonho romântico de unicidade e

harmonia do todo e incorporando a idéia normativa da natureza como modelo da existência humana, distanciou-se da proposta iluminista de libertação do mito.

Na Argentina, a proposta de revolução redentora anunciada no golpe de 1943 apresenta como ideal a construção da sociedade unida e harmônica, organizada a partir do líder Perón. A ele cabia a missão salvacionista.

O mito Eva é forjado no centro dessa política. A presença da figura feminina encarna, nesse quadro, o papel da redentora. O projeto peronista de construção da sociedade ideal beneficiou-se dessa circunstância favorável que permitiu a integração do "salvador" com a "redentora".²

Eva Perón configurou-se como personagem adequada para representar a encarnação viva do mito feminino da redenção. Sua capacidade de liderança era inquestionável; a profissão de artista explica sua desenvoltura diante das massas, seu grande público. Além disso, seus dotes físicos tornavam-na especialmente dotada para a representação da feminilidade ideal, expressão do bem, do bom e do belo.

Não se tratava de uma figura qualquer, mas da primeira-dama que dividia com o presidente da República a liderança do poder. Nessa divisão, cada um desempenhava funções próprias. O presidente Perón, expressão do poder masculino, ativo, atuava na vida pública, exercendo atividades políticas bem definidas. Eva Perón, a mulher classicamente feminina, representava a intuição, o sentimento, a emoção.

Em sua autobiografia *La razón de mi vida*, Eva distingue sua atuação da de Perón: o líder atuava com inteligência e ela, com o coração. O casal completava-se no exercício do poder que se pretendia

² Cabe lembrar que a idéia/imagem da sociedade unida e harmônica foi levada às últimas consequências no nazismo. Nesse ideário, a figura feminina é glorificada, não como mulher pertencente à sociedade ativa, mas como princípio feminino da pureza. Representando a natureza, ela é vestal, sacerdotiza do lar e guardiã das tradições. O mito Eva Perón foi construído, também, com base nesses elementos.

Figura 22—Capa do livro *A razão de minha vida*, s.d.

total. Ele comandava as massas e ela garantia o amor dos súditos e sua devoção ao líder.

Para se entender melhor o significado da representação feminina de Eva Perón é preciso acompanhar, mais detalhadamente, a elaboração do mito que ela própria ajudou a construir.

Há inúmeras análises sobre Eva Perón e sobre o mito construído em torno dela.³

Julie M. Taylor (1981) identifica a constituição de mitos em torno de Eva Perón. Além do mito positivo, forjado pelo movimento peronista da época, refere-se ao “mito negro”, construído pelos antiperonistas. A autora mostra que as imagens dicotômicas presentes nos dois mitos estão fundamentadas nos mesmos valores.

No mito negro, Eva aparece como antítese da feminilidade ideal — é egoísta, infel, mundana, impura. Já o mito positivo constrói sua imagem de pureza a partir do nascimento: nascida inocente e pobre nos Pampas, foi para Buenos Aires, na adolescência, para se dedicar à carreira de atriz. Esse percurso do interior rural para a cidade era o caminho sonhado por muitos argentinos numa época de forte movimento migratório. A migração do interior para a capital era idealizada como possibilidade de êxito, portanto, o caminho de Eva era exemplar. Em Buenos Aires, enamorou-se de Perón e por ele renunciou à sua carreira de atriz, passando a dedicar-se à família e à pátria.

Intuitivamente guiada pelo marido/líder, encontrou nele sua identidade e sua razão de ser. No livro autobiográfico *La razón de mi vida*, afirmou:

Tudo o que sou, tudo o que tenho, tudo o que sinto é de Perón... deixei de existir em mim mesma; é ele quem vive na minha alma, é dono de todas as minhas palavras e de meus sentimentos — senhor absoluto do meu coração e da minha vida. Como mulher pertenco a ele comple-

3 Entre outras, cabe destacar as obras de Marysa Navarro, *Eva*, 1981; Libertad Demitropulos, *Eva Perón*, 1984; Nicholas Fraser/Marysa Navarro, *Eva Perón. La verdad de un mito*, 1982; Julie M. Taylor, *Eva Perón. Los mitos de una mujer*, 1981.

tamente, sou de certo modo sua escrava, mas nunca deixei de me sentir, como agora, mais livre.

A ideia de submissão, renúncia e sacrifício proliferou nos discursos de Eva. Sem filhos, dedicou-se inteiramente aos humildes. Tornou-se modelo de mãe ideal: sacrificou-se pelos filhos da pátria até o martírio final.

A morte prematura sacralizou o mito Eva e conduziu-o à santidade. Na fase terminal de sua doença, recebeu o título, dado pelo Congresso, de “Chefe espiritual da Nação”. Seu confessor, padre Hernan Benitez, em discurso público, proclamou-a mártir dos des-camisados e exemplo de auto-sacrifício.

O episódio da morte de Eva representou um dos fenômenos de massa mais importantes da época contemporânea. Faleceu em 26 de julho de 1952, às 22h25. Desde então, os noticiários noturnos tinham início com a seguinte frase: “São 22h25, hora em que Eva entrou para a imortalidade”.

Pedro Ara, famoso embalsamador espanhol, preparou o cadáver para a exposição pública que durou até meados de agosto. Com a precisão que acompanhou o corpo do Ministério do Trabalho, teve início a odisséia póstuma de Eva, que só terminou com a volta do cadáver à Argentina, nos anos 1970. Isabelita, a segunda mulher de Perón e presidente da Argentina após a morte do líder, providenciou o traslado do corpo em 1968.

O grande funeral de 1952 deixou marcas profundas na memória argentina em virtude das pompas extremas do luto público imposto oficialmente e das manifestações espontâneas. Numerosa massa, em constante circulação, manteve vigília junto ao corpo de Eva. Fora do edifício, filas quilométricas formavam-se entre paredes de flores. O número de pessoas aumentava dia a dia, obrigando os serviços de Saúde Pública, a Fundação Eva Perón e o Exército a providenciar mantas, alimentos e serviços de higiene. Por toda a Argentina foram celebradas missas e realizadas cerimônias fúnebres.

Com o intuito de manter viva a lembrança da líder, o governo construiu caixas postais para que fossem depositadas cartas a Eva morta.

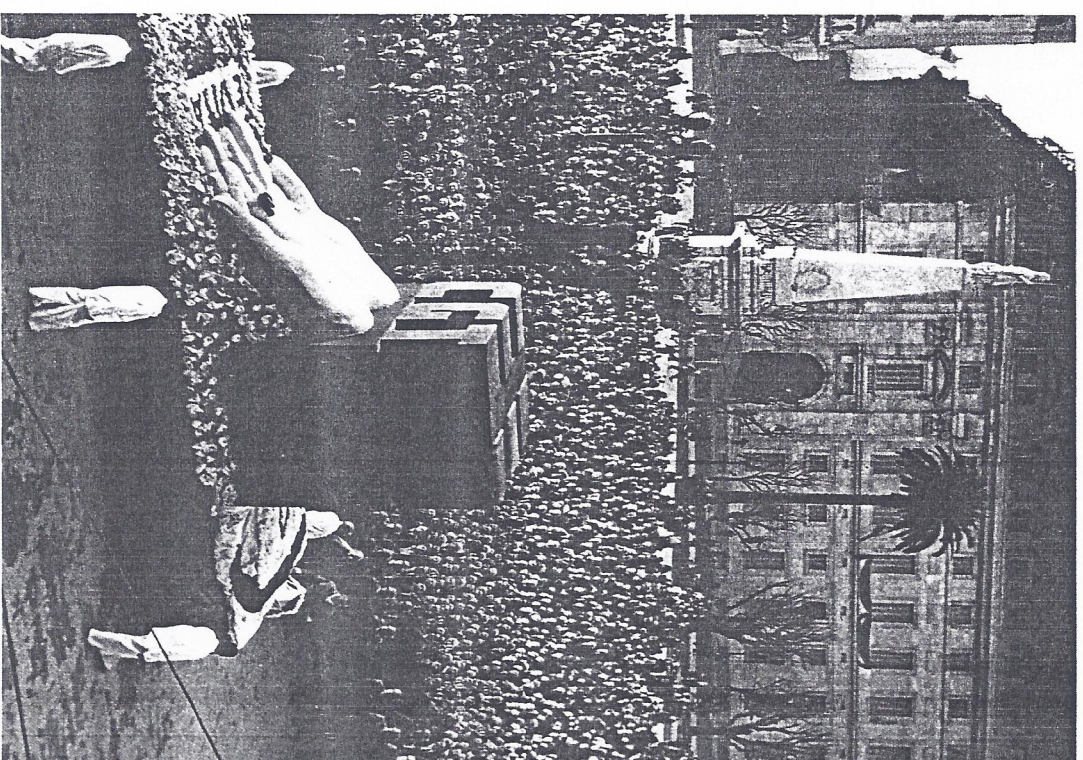


Figura 23 – Funeral de Evita (*Evita: imagens de uma paixão*, p. 160; Archivo General de la Nación).

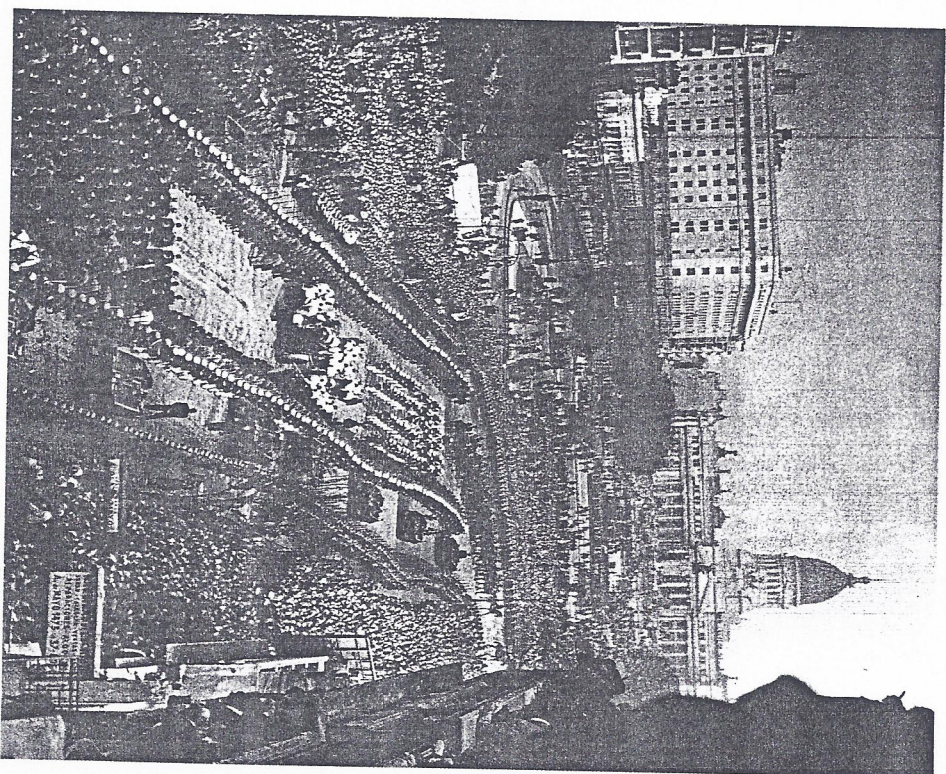


Figura 24 – Funeral de Evita (Evita: imagens de uma paixão, p.155; Colección M. Conyrahoureq).

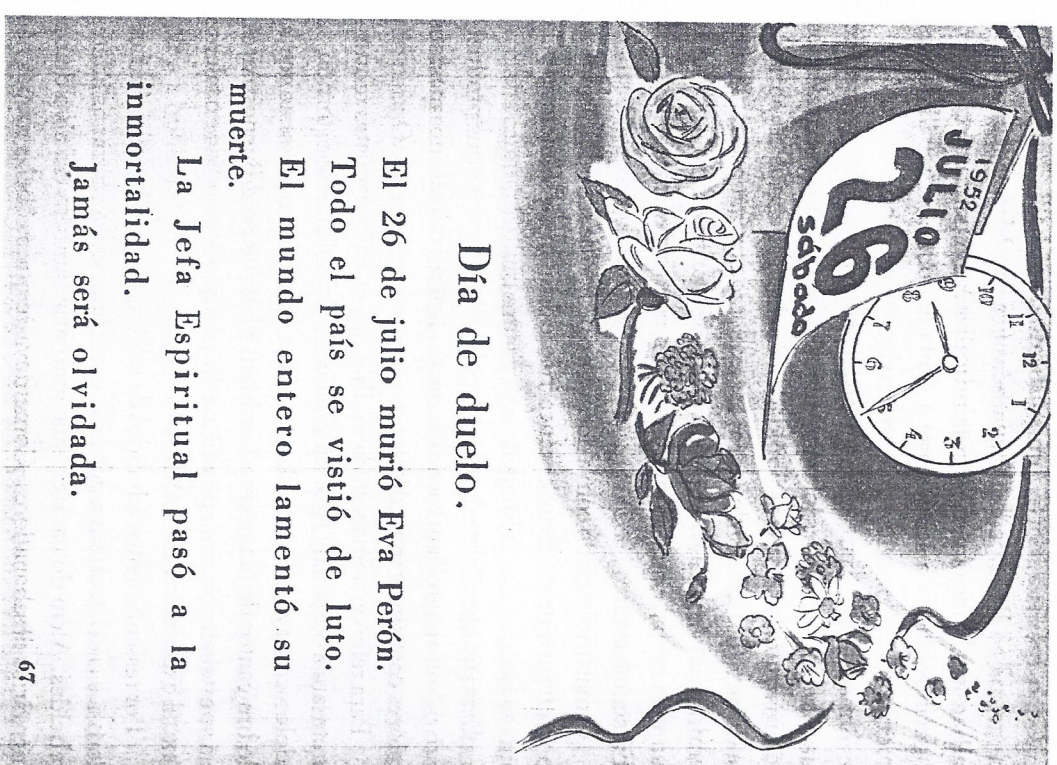


Figura 25 – Ilustração do livro *Privilegiados*, p.67.

Logo após sua morte, um sindicato de trabalhadores enviou telegrama ao Papa pedindo sua beatificação. Meses depois, trabalhadores latino-americanos sindicalizados repetiram o pedido, sugerindo que Eva se tornasse a santa de todos os trabalhadores americanos.

Uma placa feita em sua memória desenhava um halo em torno de sua cabeça; nos livros escolares, os cabelos loiros apareciam rodeados de uma auréola. A impossibilidade de relações sexuais em virtude da doença (um câncer de útero) foi explorada para mostrar a figura feminina assexuada e salientar a idéia de sacrifício: Eva sacrificou sua vida sexual e sua própria vida pelo povo argentino, pela pátria (Fraser e Navarro, 1982).

O martírio iniciado com a doença e o pedido de santificação após a morte transformam Eva na reencarnação do mito da "Redenção pela pureza feminina". As imagens evocavam a mulher pura.

Essas imagens eram destruídas pelos antiperonistas que produziram o "mito negro" em torno da mesma figura e calçado nos mesmos valores com sinais invertidos.

Para reforçar a imagem da mulher má, os antiperonistas reinterpretaram a origem de Eva: nascida no prostíbulo da mãe, tornou-se adulescente agressiva e ambiciosa. Aos 15 anos, juntou-se ao grupo de um cantor de tango que a seduziu e a levou para Buenos Aires. Lá se estabeleceu como prostituta. A ambição desmedida e o talento sexual explicavam sua ascensão ao poder.

Por ressentimentos advindos de sua origem social, tornou-se rancorosa e cruel: torturava por prazer e até mandava castrar os líderes rebeldes. Além do caráter, sua aparência também era alvo de comentários desabonadores. Comentava-se que as "belas roupas não conseguiam ocultar sinais de sua origem vulgar: cadeiras largas e tornozelos grossos".

O "mito negro" retratava Eva como a mulher cujos instintos eram descontrolados; suas emoções explodiam com violência. O sexo a dominava e por meio dele dominava os outros. A mulher ativa, agressiva, movida por impulsos irracionais exercia poder sobre Perón e sobre as massas (Taylor, 1981).

A referência ao descontrolo sugeria a idéia de um poder perigoso e de uma força maléfica atuando sobre a sociedade. A ênfase na promiscuidade tinha como alvo macular a imagem da pureza consagrada pelo mito peronista.

A presença da primeira-dama na vida pública era salientada no mito negativo para repudiar a representação da feminilidade ideal.

A atuação política de Eva foi recuperada pelo movimento de esquerda peronista dos anos 1960-1970 que construiu o mito da "Eva revolucionária" (Taylor, 1981). No primeiro mito peronista essa imagem fora ocultada pela própria Eva que definia o papel das mulheres nos seguintes termos: "mais do que ação política, as mulheres devem realizar ação social porque é algo que elas trazem no sangue" (Eva Perón, 1951).

Essa recusa da atividade política, de natureza masculina, transparecia na campanha pelo sufrágio feminino. Criticando o movimento feminista internacional, Eva aconselhou as mulheres argentinas a dar as costas às experiências estrangeiras, inadequadas à realidade do país. O voto feminino não deveria distanciar as mulheres de sua função doméstica.

Na representação do papel de submissa, Eva Perón, encarnação da primeira Eva, afirmou: "O problema da mulher é sempre, em todas as partes, o problema do lar. É seu grande destino. A missão sagrada da mulher consiste não só em dar filhos à Pátria, mas também homens para a humanidade" (ibidem). Era estéril, mas se tornou a mãe de todos os argentinos.

Eva, a redentora, mostrava-se como modelo da feminilidade guardiã do lar e das tradições.

A evocação do temor da fragmentação e dos conflitos, aliada à imagem da sociedade unida e harmônica, alardeada pela propaganda peronista, explica a receptividade do poder salvador e redentor na sociedade da época. A atitude de renúncia em prol do povo conquistava adeptos para o regime; o martírio de Eva, explorado com a doença e a morte, reforçou o mito do casal/líder.

Com a queda de Perón, o cadáver foi seqüestrado e, depois de muitas peripécias, enviado para a Europa e sepultado, ocultamente,

em Milão. A trajetória desse cadáver foi recentemente descrita por Tomás Eloy Martínez no livro *Santa Evita*, que alcançou grande sucesso no mercado editorial. O filme *Evita*, interpretado por Madonna, e o livro em questão fizeram reviver o mito Eva no plano internacional, permanentemente vivo no imaginário argentino.

A morte de Eva representada como martírio garantiu a sacralização do mito e, com isso, sua permanência.

A salvação pelo poder masculino

O mito Getúlio Vargas também se construiu com base na idéia de salvação e de sacrifício.

A imagem mais difundida pela propaganda estadonovista era a do presidente Vargas "salvador da pátria". No entanto, sua figura, quando comparada à do casal mítico Perón e Eva Perón, se enfraquece. O chefe do Estado Novo, representante solitário do poder, exercia a função imagética da representação masculina.

Seus apoletas procuraram apresentar o poder solitário como expressão de um poder forte. Luiz Vieira descreveu a solidão de Getúlio com esse sentido:

Sente o Chefe do Governo que, para levar a cabo a sua ingente missão, carece de grande dose de senso e coragem, atributos que possui de sobejo. Ainda de preferência sozinho, insulado nas suas profundas meditações que, na sua maioria, tendem a ações administrativas de caráter humano. (Vieira, 1951, p. 64)

O autor pintou um retrato de Vargas à imagem do ideário cristão. A solidão de chefe brasileiro era equiparada à de Jesus:

À luz da história, não conhecemos espírito mais claro e mais belo que o de Getúlio Vargas... Será adorado... durante séculos pelos seus grandes feitos em prol da humanidade sofredora... Sua lenda moverá lágrimas sem fim; os seus sofrimentos lasimarão os melhores corações... o nosso Legislador Político será o assombro de toda a humanidade culta,

de vez que os seus atos ultrapassam a fraca compreensão humana! Como todos os grandes espíritos, ama a simplicidade dos campos... O meigo Nazareno tinha a sua alma voltada à abstração...; sozinho no seio da natureza plácida e sem artificios, poderia Getúlio Vargas encontrar horizonte suficientemente largo e ambiente apropriado ao campo das suas elevadas mediações. Até nisso vemos como Getúlio Vargas segue as pegadas do Grande Espírito... (ibidem, p. 47-8)

O mito Vargas, apesar da ausência do feminino, foi bem construído; continha todos os ingredientes necessários para provocar emoção. Retratado ora como cientista (sociólogo, psicólogo) ora como ser divinizado, o líder solitário representou inúmeros papéis.

Getúlio Vargas inspirou uma produção muito vasta de textos de natureza biográfica. Os que foram publicados durante o Estado Novo, cerca de 30 títulos, tinham como objetivo enaltecer as qualidades do chefe. As imagens reproduzidas em fotos, sobretudo, apresentam Getúlio Vargas sozinho, entre políticos ou militares, ou em destaque, no meio do povo. Aparecia só também em desenhos, retratos pintados, esculturas (bustos ou corpo inteiro), efigies em moedas ou medalhões.

Os autores que se dedicaram à reflexão sobre o mito Vargas saíam lientam que ele se configurou e ganhou força no episódio do suicídio. Segundo Elizabeth Cancelli (1994, p. 101),

a magia em torno do ato de suicídio de Getúlio Vargas contribuiu para que a mítica construída do herói impedisse o vislumbamento do complexo projeto político e da violência por ele encetada.

Nessa perspectiva, a morte trágica de Vargas no segundo governo teria contribuído para apagar da memória nacional as lembranças da ditadura de 1937.

Há várias versões para o suicídio; uma delas salienta o amor do presidente pelo Brasil: ameaçado pelas "aves de rapina", num ato de coragem e heroísmo, morreu para libertar o Brasil do derramamento de sangue.

Na carta-testamento, a idéia de conspiração contra o povo brasileiro reaparece, mas com personagens diferentes: no lugar dos comunistas, sempre apontados como conspiradores, figuram os políticos e os capitalistas ligados ao capital estrangeiro, ambos inimigos da pátria.

O documento permite fazer crer que Getúlio Vargas, o "salvador" do povo brasileiro, sacrificou-se pelo Brasil. O suicídio heróico assegurou a imortalidade do líder, como era seu desejo expresso na carta-testamento em que afirma "saio da vida para entrar na História".

O conteúdo da carta recupera a liturgia católica, que se presta à sacralização da figura do líder:

Nada mais posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, quebrem continuando sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Conclamando o povo à reação, completa:

Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta... era escravo do povo e me liberto para a vida eterna... Vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. (apud Cancelli, op. cit., p.106)

A dramaticidade do ato e da carta-testamento permitiu reforçar os vínculos de Getúlio com as massas como nunca ocorreria antes. As manifestações espontâneas das massas, inexistentes entre 1937 e 1945, ocorreram nos dias 24 e 25 de agosto de 1954. A multidão saiu às ruas em várias capitais e cidades do país. O comércio, os bancos, as repartições públicas fecharam suas portas por luto ou por medo. Houve enfrentamento da população com a polícia e com o Exército (ibidem, p.106-7).

Jorge Ferreira (1997) descreveu, em detalhes, os motins urbanos de 24 de agosto. O autor refere-se ao "Carnaval da tristeza" no texto em que procura resgatar as manifestações de pesar e revolta da população diante da notícia trágica.

O significado simbólico da morte e das reações a esse ato deixou marcas mais fortes no imaginário político brasileiro do que as ima-

gens e os símbolos produzidos intensamente pela propaganda do Estado Novo, inclusive a da figura do chefe/salvador (idem).

A morte trágica de Eva encontra correspondência, de menor porte, na morte trágica de Vargas. Nos dois casos, a tragédia constrói a idéia de sacrifício que, no sentido simbólico, traz purificação à sociedade.

René Girard (1972) mostra que o sacrifício nas sociedades religiosas tinha a função de apaziguar as violências instintivas e impedir a explosão de conflitos; o rito sacrificial desaparece, segundo o autor, nas sociedades modernas, substituído pelo sistema judiciário. Permanece, contudo, como representação, nos regimes políticos que colocam o poder pessoal acima das normas institucionais (Capelato, 1993; 1996e). Os regimes peronista e varguista, de maneiras distintas, exemplificam esse tipo de poder.

Na comparação entre as figuras míticas de Vargas e Eva Perón conclui-se que o mito Vargas, mesmo acrescido do componente de "sacrifício" propiciado pela morte trágica, não conseguiu igualar-se em importância e continuidade ao mito feminino argentino. A reatualização recente do mito Eva por meio da produção de filmes e livros mostra sua força de permanência na sociedade argentina. A reação contra a presença de Madonna no papel de Evita reforça a idéia aqui indicada de que Eva Perón representou o mito da redenção pelo poder feminino. Esse papel ligado à pureza não se coaduna, no imaginário argentino, com a figura mundana da atriz Madonna. O filme foi sentido como uma profanação à imagem da Santa Evita, a redentora.

O sucesso editorial, para além das fronteiras argentinas, do livro de Tomás Eloy Martínez sobre *Santa Evita* confirma a importância da representação de Eva Perón no cenário nacional e internacional. Na verdade, produziu-se em torno dela um movimento de massas dos mais expressivos nos tempos contemporâneos.

A geração dos anos 50 jamais poderia esquecer Evita, pois foi por intermédio dela que as crianças argentinas tomaram contato com as primeiras letras do alfabeto: o "Livro de Leitura Inicial" intitulado *Privilegiados* abre-se com um retrato emoldurado de Eva e as primei-

ras letras que o aluno aprendia a soletrar eram as de seu nome "Eva", "Via Eva". As páginas ilustradas com desenhos de Eva dirigindo-se às crianças ou emoldurada por um coração vermelho e as frases do tipo "Eva amó a mamã" e "Eva me amó" são inesquecíveis (Bueno, 1954) (ver ilustrações na p.314, neste livro).

As diferenças entre o varguismo e o peronismo explicitam-se também pelos resultados futuros no que se refere à continuidade dos movimentos e à persistência de elementos dos imaginários políticos formados naquela época. No Brasil de hoje, o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda dos partidos trabalhistas. Na Argentina, o peronismo de hoje é muito mais do que uma lembrança: é força política sustentada por imagens, símbolos e mitos ainda presentes no imaginário coletivo. Essa força política peronista aliada à permanência do imaginário explica, em grande parte, a eleição de Menem, candidato peronista.



Figura 26 – Ilustração do livro *Privilegiadas* (p.2).



Figura 27 – Ilustração do livro *Privilegiados* (p.3).



Figura 27 – Ilustrações do livro *Privilegiados* (p.4).



Figura 28 – Ilustração do livro *Privilegiados* (p.5).

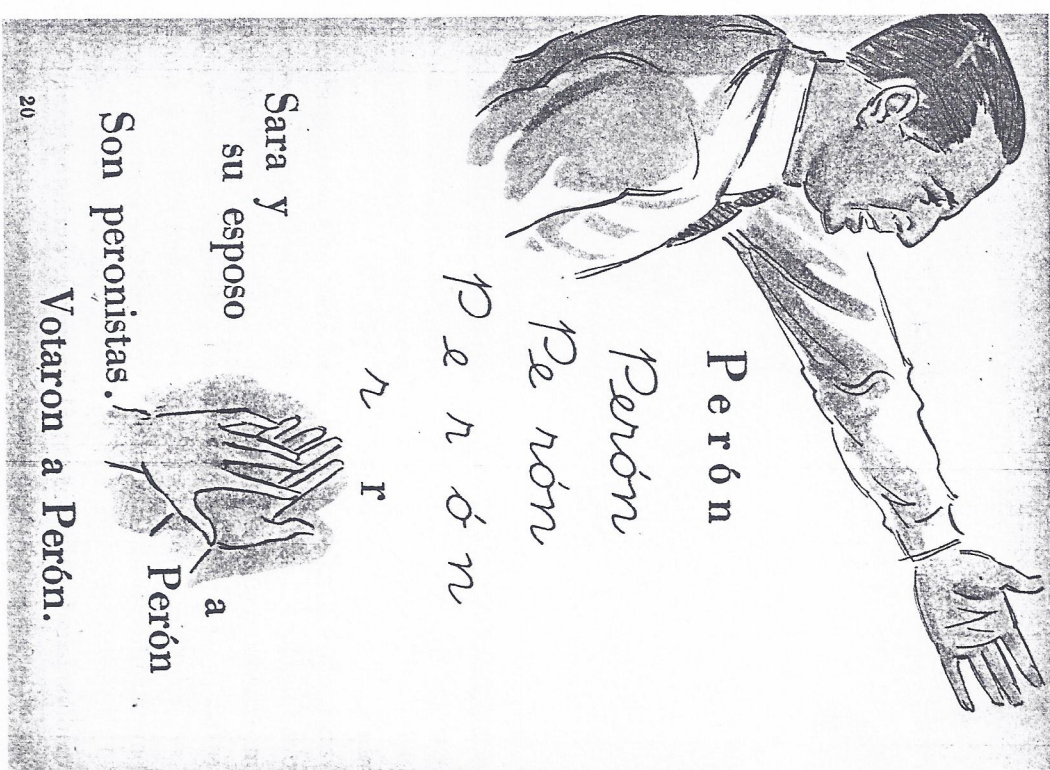


Figura 30 – Ilustrações do livro de primeira leitura *Privilegiados* (p.20).